A SEMANA
na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

02 a 07 de Agosto de 1992 Nº 49

MOÇAMBIQUE: Preparativos para a reunião entre Chissano e Dhlakama.

Finalmente parecem ocorrer progressos realmente significativos no processo de negociação da paz em Moçambique. Estava aparentemente confirmado o dia 4 de agosto para a reunião entre o presidente moçambicano Joaquim Chissano e o líder do movimento guerrilheiro Renamo, Afonso Dhlakama. Espera-se que este encontro não reproduza a frustação vivida por Angola em 1989, quando do insucesso da reunião entre o presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, na cidade zairense de Gbadolite. Deve-se destacar, todavia, a situação de saturação atingida por Moçambique, que, em decorrência da guerra, e também outros fatores (como a seca que assola a África Austral) mostra-se desesperadamente necessitado de paz, condição necessária, embora não suficiente, para a resolução dos graves problemas do país. Em apoio a isto, as negociações em torno das questões militares — ponto fulcral do processo de pacificação — vem apresentando alguns avanços, o que constitui um bom sinal.

Um mau sinal, todavia, foi o anúncio por parte de Gino Phiri, ex-membro da Renamo, fundador da UNAMO, atualmente presidindo um dos partidos emergentes, a Udemo, de que exige ser levado em consideração pelas delegações presentes em Roma; Phiri fez esta exigência respaldado pelo seu controle sobre 2.000 soldados armados (dado, talvez inflado, por ele fornecido). Marcará esta exigência a penetração na cena política moçambicana de "senhores da guerra"? (pp. 6-11).

ÁFRICA DO SUL: O retorno às negociações haverá de ser a "hora da zona morta".

Todos os passos de qualquer mobilização política não nos asseguram caminhos totalmente previsíveis. Este parece-nos o caso do vespeiro sul-africano. E agora? — com a greve geral em andamento, com a força de mobilização e pressão demonstrados pelo ANC, COSATU e Partido Comunista, com a paralisia imposta à estratégia de divisão e lentidão levada a cabo até aqui pelo governo, com a desmobilização temporária da valorosa força-de-trabalho e das engrenagens do propulsor capitalismo sul-africano, com a injeção de anabolizantes nos "corações e mentes" dos negros e seus apoiantes —, o que se vai fazer?.

Acreditamos que o encaminhamento possivelmente correto não deverá ser o encurralamento do governo pois, se é necessário desestruturar aquela estratégia governamental, é fundamental manter um interlocutor oficial suficientemente representativo da minoria branca e dos orgãos e interesses internacionais. O progmatismo terá que vencer a intransigência.

Os caminhos da transição, certamente, terão que passar pela discussão exaustiva dos diferentes projetos nacionais. Portanto, qualquer tipo de radicalização deve ser evitada. É um caminho sem volta. As ações de massa haverão de cumprir seus objetivos. As forças políticas em jogo terão de saber até onde ir. Todos terão que ceder para que a transição possa seguir no encontro de novos e imprevisíveis acontecimentos. Após o impasse atual, esperamos que, enfim, nada seja como antes (p. 12)

NESTA EDIÇÃO:

Crise econômica em Angola
p.04

Grande vitória de Angola sobre a Espanha no basquete em Barcelona
p.05

Reportagem do EXPRESSO sobre a situação moçambicana
pp.7-10

Entrevista do ministro moçambicano Armando Guebuza ao PÚBLICO.
p.11

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ANGOLA: Registro eleitoral obtém relativo sucesso.

O número de registrados até o momento em Angola ultrapassa as melhores expectativas. Segundo os últimos boletins já foram registrados cerca de 4,303 milhões de eleitores em todo o território. A Comissão Nacional Eleitoral foi surpreendida em algumas províncias com o número de eleitores que superam a previsão anterior. O fato é consequência da inexistência de dados estatísticos confiáveis sobre a população angolana. A falta de recenseamento faz com que as previsões de comissão eleitoral ocorram levando-se em consideração dados dos organismos das Nações Unidas.

Apesar do sucesso do registro eleitoral há quem duvide do rigor deste processo, pois as exigências para a aquisição do cartão de eleitor são mínimas. Alguns analistas presentes em Angola afirmam ser possível o registro de um grande número de estrangeiros e de menores de idade. Até o momento qualquer pessoa sem documento pode adquirir cartão eleitoral se comparecer à brigada eleitoral com duas testemunhas "idôneas".

O governo angolano recusou a oferta das Nações Unidas de fornecer os boletins de voto e as urnas. A opção escolhida foi a contratação de uma empresa britânica (Thomas Delerue) para este serviço. Esta recusa causou um certo mal estar devido ao empenho que as Nações Unidas vinham demonstrando no processo eleitoral.

O Candidato do MPLA, José Eduardo dos Santos, deu um pontapé para a intensificação da sua campanha com um comício em Huambo, onde, segundo diversos observadores, conseguiu um bom desempenho. O clima eleitoral parece apontar para um incremento da campanha a partir de meados de agosto. Enquanto isso a disputa ocorre nos bastidores, onde o objetivo é a preparação de alianças para o segundo turno, já que todos acreditam ser impossível uma vitória quer do MPLA quer da UNITA no primeiro turno. Chipenda, por sua vez, afirma possuir apoio financeiro de países da Europa Ocidental e do Norte da África tentando desta forma adquirir apoio dos partidos menores que compoem a terceira força. Todavia, o líder da revolta do leste pode estar escondendo um dado importante, um possível apoio norte-americano assustado com a falta de mobilização da UNITA.

O candidato da UNITA, Jonas Savimbi, continua enfrentando dificuldades para mobilizar seu partido, que parece não ter assimilado bem a mudança para a cidade. Neste esforço de mobilização começa a ser especulado um futuro governo da UNITA, caso vença as eleições, com nomes do MPLA e de outros partidos. Desta forma forma o MPLA não seria o único a falar em governo de coligação nacional. (pp. 03 a 05)

Generais do Comando Superior das Forças Armadas Angolanas ao PÚBLICO

"A criação das FAA abala o poder dos partidos"

PÚBLICO 30 JUNHO 1992

ABÍLIO NUMA, que completa 37 anos em 31 de Agosto, e João Matos, 37, são os dois primeiros quadros das novas Forças Armadas Angolanas (FAA), empossados na partilha do respectivo Comando Superior em Novembro de 1991. São ambos generais de três estrelas; um, Abílio Numa, reflexivo; o outro, João Matos, mais imediatista. Ambos lideraram homens nos duros anos da guerra, mas não se afirmam militares de raiz. Em Angola, de tal maneira se entendem nas questões essenciais, há já quem lhes chame "os gémeos siameses".

PÚBLICO — Que dificuldades tem havido na criação das Forças Armadas Angolanas?

BÍLIO NUMA — O proprio processo do levantamento das Forças Armadas já é uma dificuldade. Porque é feito a partir de dois exércitos há bem pouco tempo beligerantes — o que cria barreiras psicológicas — e também porque há limitações materiais. Tem havido uma certa responsabilidade das duas partes, o Governo e a UNITA, pelo atraso na cedência dos efectivos para os cursos que se têm vindo a efectuar. Essas demoras por vezes são justificadas pelas dificuldades de transporte.

P. — O atraso na extinção dos dois exércitos também barra o caminho das FAA?

JOÃO MATOS — Lógico, Lógico. A criação das FAA abala o poder, porque quer o Governo. a UNITA tinham como principal suporte as forças armadas — as FAPLA e as FALA. Logicamente eles têm neste momento uma certa dificuldade em ver surgir uma coisa nova, fora do seu controlo. E, simultaneamente, uma certa dificuldade em permitir que as forças que garantiam a sua subsistência sejam extintas. Este é um factor que tem influenciado o crescimento das FAA.

P. — Como é que essa influência se faz sentir?

J.M. — Em 1992, desde Janeiro até Maio, não cumprimos aquilo que estava estabelecido porque as partes não destacaram o pessoal, não forneceram o armamento, transportes, etc. Foram entrando em compasso de espera, aguardando pelo evoluir da situação.

P. — E como é que tem evoluído a situação?

J.M. — Nos últimos tempos, temos feito um esforço sobrenatural para tentar ganhar tempo. Os acordos de paz previam que com a sua assinatura se devia iniciar a formação das FAA e isso não aconteceu. Foram-se protelando os prazos. O Comando Superior, que devia ser nomeado logo após Bicesse, só o foi no final do ano; o Estado-Maior-General só foi nomeado este ano; formou-se o primeiro grupo de instrutores e depois parou-se, porque surgiram certas divergências políticas que condicionaram o funcionamento da CCPM [Comissão Conjunta Político-Militar].

P. — Só depois das eleições é que se vai decidir se as FAA serão profissionalizadas ou não?

A.N. — Nós pensamos que o órgão legislativo que resultar das próximas eleições irá deliberar sobre a Lei de Defesa Nacional. Mas pensamos também que, nessa fase, o ponto de vista dos militares será importante, porque após as eleições nós não queríamos que as FAA se sentissem no meio de uma avalancha de perturbações.

As FAA são um órgão que defende a soberania do Estado e não seria bom que os partidos vencedores impusessem os seus pensamentos em relação às estruturas militares.

P. — Correr-se-ia o risco da sua partidarização?

A.N. — Exactamente. Todos temos estado empenhados em que as FAA ganhem já a sua forma ideal, de modo a que a sua estrutura não seja perturbada após as eleições.

P. — Mas há ainda muitos quadros que estão fora das estruturas das FAA?

A.N. — O único comando até agora existente é o comando paritário constituído por mim e pelo senhor e general Matos. Logo que seja concluído o processo de levantamento das Forças Armadas, será extinto esse comando e instituído o comando vertical, normal em quaisquer Forças Armadas.

P. — Durante dois ou três anos não haverá muitas alterações à estrutura e à composição das FAA?

J.M. — Nós não pedemos permitir que estas Forças Armadas que estão a ser constituídas com tanto sacrifício e empenho das partes sejam destruídas imediatamente após as eleições. Queremos consolidar aquilo que na altura das eleições estiver instituído, sobretudo o corpo de generais, de oficiais. A nível dos praças é natural que venha a haver a desmobilização de alguns; eles são voluntários.

P. — Há ainda muitos generais dos dois exércitos, com peso, como os generais N'Dalu ou Chilingutila, que estão nas estruturas do processo de paz e que, portanto, não pertencem ainda às FAA. Como se vai processar essa transição?

A.N. — Existem ideias claras sobre isso. Já avançámos uma proposta, que está bem encaminhada, no sentido de os oficiais que integrárão as FAA e que neste momento estejam a servir os órgãos do processo de paz serem indigitados e terem o seu lugar reservado, transitando findas as sua missões.

Darão um contributo importante, porque são eles que têm estabelecido os conceitos gerais de edificação das novas estruturas.

P. — Mas muitos deles serão quadros políticos dos respectivos partidos?

A.N. — Sobretudo da parte da UNITA, há muitos que devem ficar como quadros políticos. Refiro-me à UNITA porque num passado muito recente este partido tinha uma grande interligação das estruturas políticas com as militares.

J.M. — Aí surge um dilema: nós continuamos a pressionar as partes para que, o mais tardar até meados de Agosto, as tropas partidárias sejam desmobilizadas e os exércitos extintos. Haverá um período em que esses oficiais, se passarem para as FAA, é delicado que continuem a representar as FALA e as FAPLA nas estruturas do processo de paz. Eles não podem vir para as FAA e estarem a defender os interesses das partes. Estamos a tentar encontrar uma saída para esse dilema.

P. — Qual é a vossa opinião sobre as assessorias estrangeiras, e os portugueses em particular?

A.N. — Qualquer país colonizado, que vem de uma colonização não muito distante, está sempre ligado ao país que colonizou. A convivência de 500 anos dos portugueses com os angolanos criou raízes e, por isso, a presença dos portugueses aqui é normal para os angolanos. Não só pela linguagem que é utilizada, mas também pelos métodos de trabalho: muitos destes quadros das FAA têm uma formação de base a partir do exército colonial. E nós todos fomos formados nas escolas por professores portugueses.

P. — É isso que tem colocado em primeiro plano a assessoria portuguesa?

A.N. — Sem dúvida. Não queremos pôr de parte a presença dos outros assessores [ingleses e franceses], que têm uma atitude muito tímida. Aconteceria o mesmo aos portugueses no Zimbabwe, onde os britânicos estariam mais familiarizados.

J.M. — Estou absolutamente de acordo. Do ponto de vista prático, os portugueses têm mais facilidade. Mas têm tido um método de trabalho excepcional. ■

António Matos, em Luanda

Tripartida em Luanda

UMA MISSÃO tripartida de Portugal, Estados Unidos e Rússia inicia hoje uma visita de 48 horas a Luanda, durante a qual realizará conversações com os signatários dos Acordos de Bicesse.

O actual momento político justifica ainda uma grande apreensão por parte dos observadores internacionais. Ontem, por exemplo, uma auto-suspensão momentânea da UNITA da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) impediu uma visita deste organismo às províncias do Huambo e Lubango. Na origem desta atitude esteve a detenção segunda-feira, de 15 homens do exército da UNITA que circulavam armados na zona próxima do Futungo de Belas, onde está situada a Presidência da República.

Durão Barroso, secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Herman Cohen, secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, e Grigorj Karassin, director para a África do Ministério russo dos Negócios Estrangeiros, estarão hoje e amanhã em Luanda para a segunda ronda tripartida de conversações com os signatários dos acordos de paz e os observadores internacionais que acompanham o processo. "O reforço da plataforma de cooperação política entre as partes e a fixação de uma data para a extinção definitiva dos exércitos partidários" são os principais objectivos desta viagem — precisou em declarações ao PÚBLICO o embaixador António Monteiro, chefe da missão portuguesa na CCPM.

A consolidação do papel da própria CCPM, através de um maior comprometimento das partes, é também tida como condição para evitar os excessos que se prevêem com a proximidade da campanha eleitoral, em que a disputa entre os principais partidos subirá certamente de tom.

Esta será, provavelmente, a última visita conjunta de governantes dos países patrocinadores do processo de paz em Angola antes das eleições.

Em Lisboa, em vésperas da partida, o secretário de Estado Durão Barroso disse ao PÚBLICO que o grande tema da visita é aquilo que ele designa por a questão do "day after": "Um ponto que nos preocupa tanto como o das eleições é o do dia a seguir às eleições. Pensamos que é fundamental que as partes dêem sinais de confiança, de forma a que os angolanos se sintam em segurança e que haja garantias de que, após o acto eleitoral, se manterá o respeito pelos princípios-base dos acordos de paz. Ao fim e ao cabo, pelo princípio da reconciliação nacional." ■

30 JULHO 1992

Forças Angolanas aguardam extinção dos exércitos partidários

António Matos, em Luanda

António Prazeres, 30 anos, e Albino Katumbela, 28, são dois dos capitães das novas Forças Armadas Angolanas (FAA). Começaram por não acreditar que fosse possível edificar um exército com os militares que durante 16 anos se opuseram numa guerra fraticida. Hoje, encaram com visível serenidade e optimismo o seu futuro numa estrutura militar cujo arranque definitivo está ainda dependente de vários factores, entre os quais o mais importante é a extinção dos dois exércitos partidários — que sustentaram o poder do MPLA e deram à UNITA os trunfos jogados em Bicesse.

Mas os novos militares parecem já ter cortado o cordão umbilical que os poderia manter ligados às fileiras em que combateram durante muitos anos. E a posse, prevista para o próximo dia 10 de Agosto, dos comandantes dos três ramos das FAA e dos chefes das regiões militares do Exército poderá trazer um novo e definitivo fôlego ao empreendimento.

"Nunca pensei que fosse possível este espírito de camaradagem e de unidade que se vive aqui", confessa António Prazeres, que frequentou o primeiro curso de oficiais no Huambo, concluído há seis meses, e integra agora o corpo de instrutores do Centro de Instrução de Sargentos de Caesseque, Benguela.

Combateu nas fileiras das FAPLA (forças governamentais). O mesmo percurso foi feito até agora por Albino Katumbela, ex-combatente das FALA (exército da UNITA), que não hesita em revelar o seu cepticismo inicial: "Quando me falaram nas FAA, pensei logo: não vai dar certo!"

Até agora, ao que tudo indica, deu certo. Muito pela forma como os generais João Matos (ex-FAPLA) e Abílio Numa (ex-FALA) encarnaram o seu papel: eles são o Comando Superior — bicéfalo — das FAA (ver texto ao lado). Nas cerimónias oficiais de encerramento dos diversos cursos realizados nos seis centros de instrução já em funcionamento, estes dois generais de três estrelas não hesitam em recordar aos líderes políticos a necessidade do seu "empenhamento e indispensável contributo" para que "as FAA e a paz sejam um caminho sem retorno".

Uniformizar procedimentos

Recrutados entre os dois exércitos que fizeram a guerra no pós-independência, os militares das novas FAA "vivem já num espírito de corpo que não permite distinguir quem veio de um lado e quem veio do outro", assegura o comandante de uma das unidades militares já constituída. Afinal, não os separavam profundamente as questões ideológicas e a guerra não tinha sido para eles um espectáculo distante. "Posso dizer que nós, guerrilheiros, mais do que ninguém, desejávamos a paz", confessa um dos elementos das novas FAA.

Quase toda esta gente gastou os anos da juventude num conflito repleto de contradições, em que aos seus ideais se sobrepuseram intenções mais poderosas: a China de Mao Tsetung esteve ao lado dos Estados Unidos a apoiar a FNLA e a UNITA contra os interesses soviéticos empenhados no MPLA; Savimbi, defensor da "negritude", sobreviveu apoiado no governo sul-africano do "apartheid". Um pouco à semelhança de outras guerras em África, a intervenção das chamadas "superpotências" nunca visou defender o direito dos povos à autodeterminação.

Estas contradições de base geraram potenciais "dificuldades psicológicas" — como as define o general Abílio Numa — na criação de um espírito de corpo entre os militares que se opuseram no pós-independência. A prática demonstrou, contudo, que esse não seria o principal obstáculo na edificação das FAA. Uma nova ordem unida, como na gíria castrense se designam as normas de postura militar, foi facilmente assimilada, depois de ter sido definida na Comissão Conjunta das Forças Armadas (CCFA). Porém, desde logo, a destruição dos quartéis durante a guerra e as dificuldades logísticas, nomeadamente de transportes, sobrevieram. Mais tarde, perceber-se-ia a intenção de os dois partidos retardarem o mais possível a extinção dos seus exércitos.

A familiaridade dos portugueses

A CCFA é uma subcomissão da Comissão Conjunta Político-Militar (organismo que acompanha e fiscaliza no terreno a aplicação dos acordos de paz), em que se fazem representar a UNITA e o Governo angolano (signatários dos acordos de Bicesse) e têm assento os chamados "assessores para a formação" das FAA — Portugal, país convidado por ambas as partes, França, convidada pelo MPLA/Governo, e Inglaterra, convidada pela UNITA. Qualquer um destes dois últimos países só aceitou participar depois do anuimento da parte que não tivera a iniciativa do convite.

Aqui começa uma história a que muitos já chamam "reconciliação dos portugueses com os angolanos". Para além da facilidade de uma língua comum, os militares portugueses encontraram com naturalidade o caminho que os levaria a serem protagonistas no papel de assessores na formação das FAA. As propostas portuguesas tornaram vulneráveis o peso económico da Inglaterra e da França, e as influências próximas da África francófona, a par dos interesses ingleses nas África Austral, não se fizeram sentir.

O que os portugueses souberam fazer foi a defesa das possibilidades de Angola como potência regional, reflectidas numas forças armadas genuinamente angolanas, que, embora resultando da transformação de dois exércitos diferentes, não poderiam ser o espelho de nenhum deles. Neste processo original tinha vantagem, desde logo, quem conhecesse a realidade angolana — os portugueses.

Esta atitude portuguesa, assumida com grande discrição, teve sempre como principal suporte a sua capacidade de apresentar propostas de compromisso que levassem ao empenhamento do Governo e da UNITA. Ao contrário, por exemplo, do processo de constituição das Forças Armadas do Zimbabwe, onde os ingleses colocaram um oficial das suas Forças Armadas na linha de comando, ou da proliferação no Zaire de unidades inteiramente formadas ora por ingleses, ora por franceses.

Para o Comando Superior das FAA, o protagonismo português é cautelosamente explicado pela "timidez" dos ingleses e franceses. Para outros observadores angolanos, essa timidez chega a significar alheamento. Num dos centros de instrução, por exemplo, o (único) assessor inglês esteve ausente durante mais de uma semana, sem ter dado qualquer explicação ao comandante da unidade. O (também único) assessor francês, esse, chegou a perguntar quem era o general português que ali tinha chegado, referindo-se a um general do Estado-Maior-General das FAA, em cujos ombros nem sequer reconheceu as estrelas do Exército cuja criação está a assessorar.

Definidos os conceitos e as estruturas para as novas FAA no âmbito da CCFA, partiu-se para o terreno. O Comando Superior das Forças Armadas (posto equivalente ao de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas em Portugal) foi a primeira estrutura a ser empossada, no espírito dos acordos de paz. Abílio Numa e João Matos partilham o posto desde Novembro de 1991 e durante vários meses foram os únicos efectivos das FAA.

Em Dezembro de 1991 começou o primeiro curso de oficiais no Huambo, essencialmente ministrado por militares portugueses, depois da reconstrução exemplar de um quartel mais do que desmantelado. Aos instrutores lusos coube a tarefa de iniciar os primeiros instrutores angolanos numa cartilha de conhecimentos e práticas essenciais à criação de um espírito de unidade — os acordos de paz, o serviço das unidades militares, as normas de ordem unida, de continência e honras militares.

Do Huambo, os instrutores angolanos partiram para o Centro de Instrução de Benguela e para o Instituto Superior de Ensino Militar de Luanda, onde formaram os primeiros quadros superiores do Exército. Alguns permaneceram no Huambo. Entretanto, outros três centros de instrução iniciaram a sua actividade — Soyo, província do Zaire, no litoral norte do país, N'Dalatando, província do Cuanza Norte, interior norte, e Lubango, província da Huíla, litoral sul.

Enquanto o contingente de tropas do Exército será constituído por 40 mil militares oriundos das FALA e das FAPLA, metade de cada um dos exércitos partidários, na Marinha (quatro mil) e na Força Aérea (seis mil) o contingente inicial será essencialmente assegurado pelos respectivos ramos das FAPLA, na medida em que não existiam na UNITA estes dois ramos armados. Os efectivos das FALA a incorporar na Marinha e na Força Aérea vão situar-se na ordem dos dez a 15 por cento, de forma a respeitarem-se os princípios de paridade estabelecidos nos acordos de paz.

Os que agora passam a integrar as novas Forças Armadas serão militares em tempo de paz e do seu uniforme deixa de fazer parte a anteriormente inevitável AKM. A maioria já parece estar preparada para a nova atitude. "Temos agora outras missões: assegurar a soberania do Estado angolano no seu território e estar prontos a servir sempre que pudermos ser úteis", diz António Prazeres. ■

Dúvidas e arrufos no processo eleitoral em Angola

Mais de quatro milhões de angolanos registados

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 5 AGOSTO 1991

António Matos
em Luanda

Os números do registo eleitoral em Angola agradam a toda a gente, mas alguns dos eleitores poderão não ser angolanos ou não ter idade eleitoral. A contratação pelo Governo angolano da logística das eleições a uma empresa inglesa, recusando ofertas da ONU e Comunidade Europeia, provocou arrufos.

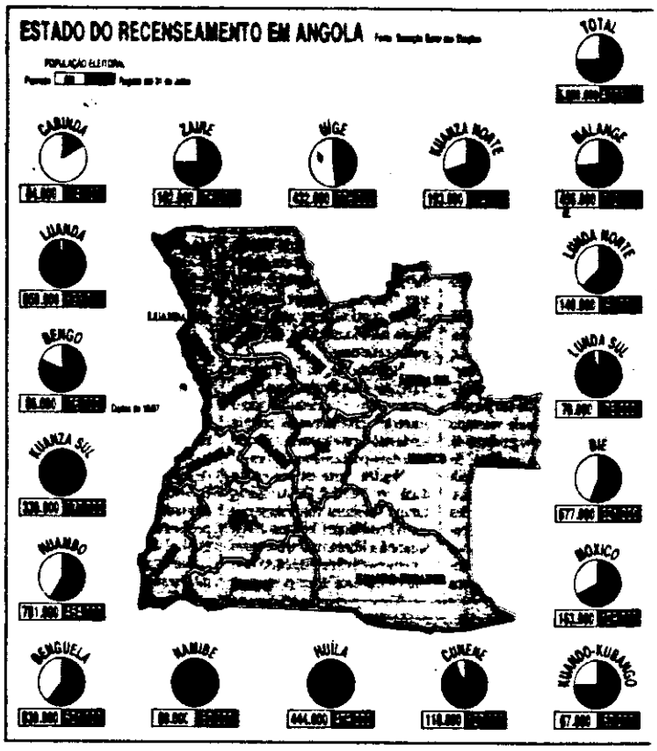
Onofre dos Santos, director-geral das eleições, tem razões de sobra para estar satisfeito. Vindo de Lisboa, onde exercia advocacia, para coordenar a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) em Angola, o militante da FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola) conseguiu a proeza de ultrapassar as melhores expectativas dentro do prazo previsto (31 de Julho) — 4,303 milhões de eleitores. Mesmo assim, o registo vai prolongar-se até 10 de Agosto, para chegar às populações mais isoladas.

A população angolana não está recenseada, o que obriga a projecções a partir de dados dos organismos das Nações Unidas para se estimar o número de habitantes no território e, por consequência, de eleitores potenciais.

Num país em que — ainda segundo estatísticas das Nações Unidas — mais de metade da população tem menos de 15 anos, foi estranho para muitos observadores que o número de eleitores potenciais se estimasse em 5,8 milhões, para uma população total calculada em dez. Vários ajustamentos têm sido feitos ao longo desta maratona, como no Bié, em que o número potencial de eleitores passou de 577 para 700 mil. Também em Benguela e no Cunene houve alterações.

O que se sabe, concretamente, é que neste momento o número de portadores do cartão de eleitor em Angola já ultrapassou os 4,3 milhões e o alargamento do prazo de registo até 10 de Agosto permitirá recensear as pessoas que vivem nos lugares mais remotos do território.

Todavia, o facto de qualquer pessoa indocumentada poder obter o cartão de eleitor — basta, para isso, que se apresente numa brigada com duas testemunhas "idóneas" — tem vindo a suscitar algumas dúvidas sobre o rigor do processo de registo, na medida em que estrangeiros ou angolanos com menos de 18 anos podem ter conquistado o direito de votar. Nenhuma das duas principais forças (MPLA e UNITA) concorrentes às eleições de 29 e 30 de Setembro parece, todavia, interessada em contestar o processo antes das eleições.



Cabinda à distância

O mapa de distribuição pelo território dos eleitores já registados em relação aos que teriam direito a voto evidencia a crise política de Cabinda. O alheamento da população do enclave em relação às primeiras eleições livres de Angola não é, de facto, uma figura de retórica dos líderes das organizações independentistas: num total possível de 84 mil, apenas 14 mil cidadãos procuraram o cartão plastificado, o que equivale a dezasseis por cento da população do antigo protectorado português — a percentagem mais baixa, longe dos 48 por cento do Uíge.

Cinco deputados serão eleitos por cada um dos 18 círculos correspondentes às províncias e 130 pelo círculo nacional. Em Cabinda, os registados são essencialmente militares do exército governamental, o que tem levado a UNITA a questionar a legitimidade da atribuição dos cinco deputados. A CNE decidiu, entretanto, não realizar eleições fora do território angolano, pelo que no próximo parlamento não estarão os três deputados previstos para o círculo de fora de Angola.

A verificação das eleições será feita pelas Nações Unidas (UNAVEM II) e por observadores internacionais convidados pelos dois signatários dos Acordos de Paz — Governo e UNITA. Os esforços da comunidade internacional têm sido decisivos para os avanços que se têm verificado, mais sensíveis no registo eleitoral. Com a experiência adquirida no apoio a outros processos eleitorais em África, designadamente na Namíbia, as Nações Unidas propunham-se fornecer (através de apoios internacionais) os meios logísticos necessários à realização das eleições, nomeadamente os boletins de voto e as urnas.

Técnicos da ONU descontentes

O Governo angolano ignorou, contudo, esta dádiva da comunidade internacional, e contratou essa dar qualquer explicação à ONU e à CNE os serviços da Thomas Delarue, empresa britânica que já fornecera os meios para o registo. As urnas serão metálicas e mais pesadas do que as da ONU, obrigando a um maior esforço de transporte, e a primeira proposta de boletim de voto era inaceitável: boletins de cortar pelo picotado, deixando, ao estilo de livros de cheques, um canhoto numerado. Na base desta ideia estaria, ao que dizem os técnicos da ONU, evitar o duplo voto.

Esta atitude do Governo angolano causou um grande mal-estar, num período em que a representação institucional da Comunidade Europeia (principal financiador da proposta recusada) em Angola cabia ao embaixador português, Rocha Pária. Também os quatro técnicos das Nações Unidas destacados para o processo eleitoral sentiram desvalorizado o seu papel e dois deles estavam dispostos, no final da semana passada, a não concluir a missão que os levou a Angola.

O duplo voto pelo mesmo eleitor será controlado pelo polémico método da tinta indelével. Depois de se identificar perante a mesa eleitoral, será aplicada no indicador direito do eleitor uma tinta que permanecerá visível nos dias seguintes.

A primeira previsão do resultado das eleições poderá ser publicada na madrugada do dia 1 de Outubro, com uma margem de erro de um em cada cem votos, segundo a CNE. Mas a lei eleitoral angolana não prevê o escrutínio provisório, pelo que a declaração formal do vencedor das eleições legislativas e presidenciais terá de aguardar pelos resultados oficiais, que só serão conhecidos em meados de Outubro. ■

Prazo de candidatura às eleições angolanas termina amanhã

Partidos emergentes em dificuldades

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 28 JULHO 1992

O PERÍODO de apresentação das candidaturas às eleições legislativas e presidenciais em Angola termina amanhã, assinalando uma nova fase no processo de paz. Apesar dos atrasos que ainda se verificam neste processo, nomeadamente na extinção dos exércitos partidários, o início formal da pré-campanha eleitoral poderá contribuir para um maior empenhamento dos políticos no sentido da realização das primeiras eleições livres em Angola — admitem os observadores internacionais em Luanda.

Depois de um período de euforia, em que se constituíram cerca de 30 comissões instaladoras de novos partidos - os chamados emergentes —, apenas 11 conseguiram a sua legalização (para além do MPLA, UNITA e FNLA) e nenhum parece em condições de concorrer às legislativas. Todos estes partidos se deparam com a incapacidade de constituírem as listas de candidaturas, obrigatórias para os 18 círculos provinciais e para o círculo nacional.

A mesma dificuldade poderá vir a ter a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que no início desta semana chamou a si algum protagonismo, com a realização em Luanda da Conferência Nacional. Na oportunidade, o seu líder, Holden Roberto, voltou a assumir uma postura de grande moderação, ao apelar ao "verdadeiro espírito de democracia durante todo o processo eleitoral, através de uma competição leal, justa e honesta".

Na corrida presidencial, os "principais candidatos são o actual Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que em Agosto completa 50 anos, e o presidente da UNITA (União Nacional para a Independência de Angola), Jonas Savimbi, 57, a quem se juntarão Holden Roberto, 69, da FNLA, Alberto Neto, 49, do PDA (Partido Democrático de Angola), e, ainda sem confirmação, Daniel Chipenda, 61, que há duas semanas abandonou o bureau político do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) para se candidatar como independente.

Chipenda já está em Luanda

O chamado "caso Chipenda" assegurou durante a semana passada as principais manchetes da imprensa angolana pelo efeito surpresa do seu pedido de suspensão de membro do Bureau Político e de director da campanha eleitoral do MPLA, partido no poder. O líder da antiga "Revolta do Leste" afirmou, então, a intenção de apresentar uma candidatura independente à Presidência da República, tendo-se constituído em Luanda um gabinete de apoio à sua candidatura — Gacchipas. Com o seu regresso, ontem, à capital angolana, dissiparam-se algumas dúvidas que tinham surgido sobre a possibilidade de tal candidatura se concretizar.

A hipótese de Chipenda se apresentar como candidato do Fórum Democrático Angolano (FDA) parece, entretanto, completamente afastada, dado que, segundo um dos seus elementos, o Gacchipas se encontra já na posse das cinco mil assinaturas necessárias à formalização de uma candidatura independente. Em declarações ao "Jornal de Angola", Assis Malaquias, vice-presidente do FDA (uma dissidência da UNITA) e sobrinho de Daniel Chipenda, admitira aquela hipótese, que gerou sérias divergências no seio do partido, onde a liderança de George Chicoti tem sido contestada.

Com a definição dos concorrentes às eleições legislativas e presidenciais, o processo de paz em Angola está em condições de se centrar definitivamente na realização das eleições, marcadas para 29 e 30 de Setembro. Este cenário é considerado por observadores em Luanda como fundamental para o êxito da aplicação dos Acordos de Paz nos termos em que foram assinados em Portugal, em 31 de Maio de 1991, por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

Subsistem, todavia, alguns atrasos considerados preocupantes pelos patrocinadores do processo, nomeadamente na extinção das FAPLA (exército governamental) e das FALA (exército da UNITA). "Sem este passo, a realização das eleições e a aceitação do seu resultado permanecerão uma incógnita", segundo uma fonte da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), organismo que acompanha no terreno a aplicação dos acordos de paz.

A visita nas próximas quinta e sexta-feira da "troika" constituída pelo secretário de estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso, o secretário de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, e o director para África do Ministério russo dos Negócios Estrangeiros, Grigori Karasain, que já se encontra em Luanda, é tida como decisiva para a extinção, até meados de Agosto, das FALA e das FAPLA. ■

António Matos, em Luanda

Eleições angolanas em Cabinda

FLEC-Renovada expulsa quem votar

PÚBLICO
Sexta-feira, 31 Julho 1992

O PRESIDENTE da FLEC-Renovada, coronel José Tiburcio Lavumba, afirma que não é legítimo, de uma maneira geral, participar nas negociações sobre o estatuto de Cabinda marcadas para o início do próximo mês na Suíça. "Quem financia a reunião? Quem paga as bilhetes? Trata-se de um acto de divorcio do Governo angolano", acrescenta, durante uma conferência de imprensa entre os jornalistas. "O Governo de Luanda não quer que deve dialogar e não já garantimos que nenhuma delas representa uma delegação com representantes de todas as sensibilidades." Basta pensar nos dois Bispos Católicos que actualmente combatem a presença angolana em Cabinda e a acção do governo angolano, nomeadamente de três técnicos portugueses e um angolano de empresa de construção civil Moto e Companhia, no início do mês em Belize, no Norte de Cabinda. "Todo o território está em guerra e os portugueses devem a abrir pistas que iam directas ao "maquis"", justifica.

Uma delegação da FLEC-Renovada, constituída, além do seu líder militar, por António Bento Bembe (secretário-geral), Artur Tchibuma (Relações Internacionais) e António Maria Sacco Chocolate (Informação), [illegible] Cabinda e a acção do governo angolano [illegible] Tudo o território está em guerra e os portugueses devem a abrir pistas que iam directas ao "maquis"", justifica.

Foi recebida no Ministério dos Negócios Estrangeiros ("Portugal não é, em [illegible], um país que contra os erros dos acordo do Alvor e de Bicesse, sacrificando o povo de Cabinda aos seus interesses"). "Contactos entidades não oficiais, [illegible] para as populações das áreas sob seu controlo. ■ A.M.

Economia angolana atravessa crise profunda

O DISPARO DAS DIVISAS

ANTÓNIO MATOS, EM LUANDA

As debilidades da economia angolana reflectem-se de forma espectacular no mercado de câmbios paralelo. O dólar e o escudo são os reis do paralelo e já há quem garanta realizar transacções de 300 mil dólares num só dia. As sucessivas desvalorizações do novo kuanza e as medidas do banco central angolano parecem ineficazes para sanear a situação.

O aumento da procura de moeda estrangeira em Angola e a sua escassez no circuito bancário provocaram, nas últimas duas semanas, uma valorização do dólar superior a 40 por cento no mercado paralelo. Num país em que as importações são quase a única fonte de abastecimento, a actividade das empresas não podia deixar de se ressentir.

Antónia tem 29 anos e é uma das centenas de angolanas que vive da compra e venda de dólares no mercado paralelo. "São dez mil nos dias maus, vinte mil nos dias bons" os dólares que circulam pelas suas mãos, onde fica uma margem média de cinco por mil. Neste negócio estão quase exclusivamente mulheres, colocadas em sítios estratégicos e agitando maços de notas a quem passa — a pé ou de carro —, ao mesmo tempo que pronunciam as palavras "dólares" e "escudos".

Chamam-lhes as "kinguilas" e os especialistas não hesitam em afirmar que satisfazem a maioria da procura de divisas em Luanda.

Aproveitando as mais-valias da apreciação diária das divisas, existem já operadores de maior envergadura que transaccionam diariamente somas da ordem dos 300 mil dólares. Quase todos os agentes económicos que operam em Angola recorrem a este circuito para financiar as importações, dada a escassez de moeda estrangeira nos cofres do banco central, operação que envolve, além de maiores custos, vários riscos, não só pelos assaltos mas também pela proliferação de moeda falsa.

A meio do mês de Julho, o preço do dólar no mercado paralelo estava estabilizado nos 1800 novos kuanzas (nkz). Mas, em apenas 15 dias, o câmbio disparou para os 2550, prevendo os especialistas que suba incessantemente até às eleições. Também o escudo subiu, passando de 13 para 18 nkz. O Governo não tem condições para barrar esta tendência, motivada em grande parte pelas inúmeras pessoas que estão a sair do país nesta altura e cuja procura de moeda estrangeira provoca o aumento do seu preço.

Outra causa desta subida em flecha são as incertezas dos angolanos quanto ao futuro, que os levam a procurar divisas como reserva de valor, em vez dos depreciadíssimos novos kuanzas. Aliás, seja qual for o resultado das eleições marcadas para 29 e 30 de Setembro, a nota angolana (já não circula, embora exista, moeda metálica) será reconvertida, não só em consequência das medidas monetárias que terão de ser tomadas para o saneamento financeiro do país, como também pela substituição dos símbolos do governo totalitário do MPLA.

Desvalorizações sucessivas

Durante um período de 15 anos, o kuanza foi uma moeda fortemente apreciada, o que contribuiu para que as importações se tornassem na única fonte de abastecimento de um país que, pela guerra e pelas nacionalizações, viu reduzida a zero a sua produção agrícola e industrial e degradar-se o sector de serviços. Em Setembro de 1990, um ano depois da adesão de Angola ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, é anunciado o Programa de Acção do Governo (PAG), que marca uma viragem de rumo no sentido de uma economia de mercado.

As primeiras medidas do PAG foram a troca de moeda e o congelamento dos depósitos bancários, visando combater a alta de preços no mercado paralelo — responsável por 80 por cento do comércio interno, admitem economistas angolanos. A moeda angolana passou a chamar-se "novo kuanza" e as novas notas passaram a ter um valor nominal de cinco por cento do valor das antigas, ficando depositados sob a forma de títulos de poupança os restantes 95 por cento.

O insucesso desta medida — em Janeiro de 1991 já os preços se encontravam nos níveis anteriores — levou à perda de confiança dos agentes económicos, que continuavam com dificuldades na obtenção de créditos e de divisas e espartilhados pelos chamados "plafonds" de importação. O Governo anuncia, então, novas medidas, para a reforma do sistema bancário, privatização das empresas estatais, liberalização dos preços, simplificação do sistema de importações, descongelando 50 por cento dos depósitos bancários que estavam retidos. A emissão de cartas de crédito foi também retomada e o comércio externo liberalizado. Na altura, foi ainda decretado o fim do pagamento de uma parte dos salários em produtos, nomeadamente cerveja, medida que contribuía para abastecer os mercados paralelos.

Em Março, o Governo decreta a primeira desvalorização da moeda, passando o dólar a valer 60 nkz em vez dos anteriores 30. Nova desvalorização ocorre em Novembro, passando a moeda norte-americana a ser trocada por 90 nkz. Nesta altura, é instituído um sistema de câmbios pouco ortodoxo, que desagradou às autoridades do FMI: são criadas duas sobretaxas de importação — S1, no valor de 90 nkz, e S2, correspondendo a 460 nkz. A sobretaxa S1 incidia sobre a importação de matérias-primas e de cinco produtos básicos para a população: o açúcar, o sabão, o leite em pó, o óleo e o arroz. A S2 era aplicada a todos os outros artigos importados.

Já este ano, em Abril, depois de uma desvalorização intermédia, ocorrida em Dezembro, desaparecem as sobretaxas e o câmbio oficial do dólar é fixado em 550 nkz, como taxa de referência. Nessa altura, já o banco praticava um sistema de câmbios flutuantes, cujo objectivo era combater o mercado paralelo através da utilização de cotações muito próximas das aí existentes.

Medidas isoladas

O combate ao mercado paralelo não tem, contudo, registado qualquer sucesso. Na opinião de muitos empresários angolanos e estrangeiros e dos economistas, ele há-de sobreviver a todas as medidas de política monetária, enquanto se mantiver a dependência em relação aos produtos importados e os circuitos formais de abastecimento continuarem vazios.

Recentemente, por exemplo, o Banco Nacional de Angola fez um leilão de quatro milhões e 275 mil dólares dirigido a empresas industriais de direito angolano. Tratou-se da terceira operação do género, justificada pela necessidade de combater o mercado paralelo e "de apoiar os empresários angolanos", segundo palavras do vice-governador da instituição, Generoso de Almeida. Aconteceu, contudo, que a cotação máxima alcançada pelo dólar nesta operação (2800 nkz) foi superior à do paralelo, tendo ainda sido vendida moeda norte-americana a 850 nkz, quando a base mínima de licitação era de 1050 nkz — facto que desagradou aos agentes económicos em geral.

A ineficácia deste tipo de medidas, pelo menos com esta dimensão, é tanto maior quanto é sabido que a principal fonte abastecedora de divisas para o mercado paralelo é a comercialização ilegal de diamantes, que atinge valores estimados em seis milhões de dólares (750 mil contos) por semana.

O aumento da garim-

pagem em Angola, mais propícia nesta época do calcindo do que na estação das chuvas, tem, aliás, preocupado os operadores do mercado mundial dos diamantes, criando o espectro da sua desvalorização nesse mercado, segundo Peter Gallegos, delegado da De Beers em Angola, a mais importante multinacional do ramo.

A despenalização da posse de diamantes, através da Lei 30/91 (depois de em Maio de 1984 terem chegado a haver condenações à morte por tráfico de pedras preciosas, penas entretanto comutadas), está na base da garimpagem crescente, que concentra nas zonas diamantíferas milhares de pessoas das mais diversas nacionalidades. Um dos aspectos mais polémicos desta lei, vivamente contestada pela Endiama, concessionária exclusiva da exploração das minas, é que permite a posse de diamantes, mas não autoriza a sua exportação.

Consciente das avultadas somas que escapam ao controlo da Endiama — avaliadas em mais de 300 milhões de dólares por ano —, a polícia angolana empreendeu durante o mês de Julho uma série de buscas na zona do Cafunfo, Lunda Norte, durante as quais detiveram cerca de 500 garimpeiros, na sua maioria estrangeiros. Quatrocentos zairenses foram deportados na semana passada. ■

O PETRÓLEO NAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS

ANO	VALOR (1)	% NO TOTAL DAS EXP.
1989	2690	89,70
1990	3588	91,70
1991(2)	2174	95,10

(1) Unidade: milhões USD (2) Dados do terceiro trimestre de 1991. Fontes: INE-Angola, Ministério Petróleos

OS DIAMANTES NAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS

ANO	VALOR (1)	% NO TOTAL DAS EXP.
1989	234,366	7,7
1990	232,097	6,2
1991	178,229	4,8

(1) Unidade: Milhões USD. Fontes: INE-Angola

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS E IMPORTADOS EM 1990

Exportações (%)		Importações (%)	
Petróleo bruto	91,1	Matéria-primas	53,1
Diamantes	6,2	Produtos alimentares	16,0
Prod. petrolíferos refinados	1,2	Equipamentos e transportes	4,6
Gás natural	0,72	Medicamentos	3,0
Café	0,1	Têxteis e confecções	2,2

DOENÇA HOLANDESA

O economista português Luís Campos Cunha, professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, diagnosticou a "doença holandesa, na sua vertente sul-americana", como a principal mazela da economia angolana, em artigo publicado na recente edição da revista da Câmara do Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIPA).

Originária da Holanda, esta "doença de ricos" surgiu com a dependência da Holanda em relação à exportação de gás natural, passando a importar a generalidade dos outros produtos. Em Angola, a dependência em relação à exportação de petróleo junta-se uma dívida externa elevada e défices orçamentais crónicos — a versão sul-americana da doença.

As estatísticas angolanas não são fiáveis, o que as desautoriza como instrumento de análise da economia do país. Desde logo, os dados relativos à balança comercial (superavitária), se não aceitáveis em relação às exportações, já o não são quanto às importações.

Nas exportações, a esmagadora componente do petróleo (cerca de 95 por cento do total), totalmente controlada pelo Estado, não permite grandes desvios, apesar de a exportação ilegal de diamantes (avaliada em 300 milhões de dólares) ser superior à legal (cerca de 178 milhões de dólares em 1991). Nas importações, a componente de matérias-primas (53,1 por cento em 1990) é a que parece estar ajustada à realidade, o mesmo não acontecendo com os produtos alimentares (16 por cento), que entram no país em grandes quantidades sem qualquer controlo alfandegário.

A dívida externa angolana, por seu lado, é já superior ao Produto Interno Bruto do país. O PIB de 1989, a preços de mercado, os últimos valores conhecidos, estava calculado em 7706 milhões de dólares (mais de 960 milhões de contos), enquanto a dívida externa nesse ano ultrapassava já os sete mil milhões. Em 1990, a dívida externa total era de 8046 milhões de dólares (6480 milhões de capital e 1566 milhões de juros). ■ AM

Observadores pressionam paz "pré-eleitoral"

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE AGOSTO DE 1992

António Matos, em Luanda

Os observadores internacionais terminaram a sua missão em Angola com palavras de optimismo sobre o processo de paz. Obtiveram a garantia de que os exércitos partidários serão extintos até ao início da campanha eleitoral. Mas uma declaração de Jonas Savimbi veio mostrar que o Exército único ainda pode ter de esperar.

A missão tripartida dos países observadores da paz em Angola, que durante dois dias esteve em Luanda, mostrou-se ontem optimista quanto ao desfecho do processo. Na sua declaração conjunta, o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso, o secretário de Estado-adjunto norte-americano, Herman Cohen, e o representante do Governo russo, Grigory Karrassin, adverteram, contudo, para uma "forte reacção negativa" da comunidade internacional, em caso de eclosão dum clima de violência no país.

Herman Cohen, que em Junho estivera já em Luanda, afirmou, durante uma conferência de imprensa estar "muito mais encorajado pela situação agora do que há um mês". Estas palavras do governante norte-americano caracterizam o optimismo com que os observadores internacionais encaram o processo eleitoral.

Na sequência das conversações mantidas com os signatários dos acordos de Bicesse e principais opositores no processo eleitoral — José Eduardo dos Santos, Presidente da República, e Jonas Savimbi, presidente da UNITA — os governantes dos países patrocinadores obtiveram a garantia de que os exércitos partidários serão extintos até ao início da campanha eleitoral.

Esta posição das partes foi considerada essencial para evitar "a violência num processo que até agora registou progressos significativos e encorajadores". A missão tripartida obteve ainda a garantia de que a UNITA e o MPLA "manterão uma plataforma de cooperação política" durante a campanha eleitoral.

Outra proposta que também encontrou consenso entre os dois outorgantes dos acordos foi a de continuação da UNAVEM II (missão das Nações Unidas para a verificação das eleições em Angola) depois de 29 e 30 de Setembro, datas do escrutínio.

Savimbi lança "balde de água fria"

A declaração conjunta de Barroso, Cohen e Karassin mentiu ainda o facto de até ao momento não se terem registado "violações significativas" do cessar-fogo e os progressos na desmobilização e formação das Forças Armadas Angolanas (FAA).

A Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) termina funções com a tomada de posse do Governo, mas observadores em Luanda admitem a necessidade de se manter pelo menos, no seu âmbito, a assessoria portuguesa, britânica e francesa na formação das FAA.

Todavia, um dia depois de terem sido nomeados os chefes de Estado-Maior do Exército e da Marinha das FAA (generais Domingos Lutock Lishuka "Wyc", da UNITA, e Gaspar Rufino, do Governo, respectivamente), o presidente da UNITA pronunciou declarações que podem despertar divisões no seio das FAA, a propósito da questão de Cabinda.

Falando depois do encontro com a missão tripartida, Jonas Savimbi afirmou que a guerra no enclave "não resolve nenhum problema" e que se houver ataques dos separatistas ao Exército único, "a facção das FALA (exército da UNITA) nas FAA não vai aceitar".

Esta afirmação contraria aparentemente o princípio da dissolução dos dois exércitos partidários e põe em causa declarações dos generais do Comando Superior das FAA, em entrevista ao PÚBLICO, na edição de quinta-feira passada, segundo as quais a primeira unidade completa do novo exército será instalada em Cabinda.

O registo eleitoral foi outro tema em balanço durante a visita, mas, apesar de se terem ultrapassado 4,5 milhões de eleitores, admite-se que este processo se prolongue até meados de Agosto.

Estes eleitores irão sufragar nos próximos dias 29 e 30 de Setembro doze candidatos às eleições presidenciais (entre os quais se destacam José Eduardo dos Santos, Jonas Savimbi, Daniel Chipenda e Holden Roberto) e 15 formações concorrentes às legislativas (com destaque para o MPLA, partido no poder, a UNITA e a FNLA). ■

Angola Doze candidatos para uma presidência

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE AGOSTO DE 1992

Gustavo Costa em LUANDA

A FORMALIZAÇÃO, a meio desta semana, de novas candidaturas às eleições presidenciais e a apresentação de quatro listas às eleições legislativas poderão ter dado início à contagem decrescente do escrutínio eleitoral, marcado para os dias 29 e 30 de Setembro. Se as candidaturas de José Eduardo dos Santos e de Jonas Savimbi podem ser consideradas «seguras» e a aposta de Holden Roberto, presidente da FNLA, «historicamente previsível», já o súbito aparecimento em cena de Daniel Chipenda como candidato «independente» corre o risco de ser um fiasco, depois de a coligação da oposição ter recusado apoiá-lo.

Para além destas, formalizaram entretanto as suas candidaturas André Milton Kilandapalo, do PRDA (Partido Social Democrata de Angola), José Manuel Miguel, do PSD (Partido Social Democrata), Mokumpanga Lando Victor, do PDP-ANA (Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional Angolana), António Alberto Neto, do PDA (Partido Democrático Angolano), Luís dos Passos, do PRD (Partido Renovador Democrático), Anália Vitória Pereira, do PLD (Partido Liberal Democrata), Rui Caldeira, do PRA (Partido Reformador de Angola) e Homero Landa, do PDLA (Partido Democrata Liberal Angolano).

Em Luanda recusou-se que Chipenda desistisse da sua candidatura quando faltou sem o apoio da aglomeração da oposição, a julgar pela luta contra o tempo que os membros do seu gabinete desencadearam no último dia da apresentação das candidaturas, mas fontes diplomáticas admitiram que se estava perante mais uma «jogada de suspense» protagonizada pelo próprio Chipenda.

«Romper com a bipolarização»

Chipenda apresentou a sua candidatura na necessidade de «romper com a bipolarização do presidencialismo em Angola», mostrando-se confiante nos apoios populares obtidos no estrangeiro, que, segundo fontes próximas do gabinete da campanha, renderiam aos 15 milhões de dólares, provenientes de países da Europa ocidental e do Norte de África. Mas estes argumentos não foram suficientes para convencer a coligação da oposição. Enquanto a maioria dos seus dirigentes apostava na eventualidade de avançar com figuras próximas da igreja Católica, o PRD decidiu avançar isoladamente, indicando o nome do seu líder, Luís dos Passos, como candidato às presidenciais, e acusando Daniel Chipenda de ser um «aventureiro político».

Indiferente a este aparente clima de liderança da oposição, MPLA e UNITA afirmam as suas máquinas eleitorais, depois de o Presidente Eduardo dos Santos ter dado, no último fim de semana, o «pontapé de saída» da sua campanha na província do Huambo, onde, segundo diversos observadores, apareceu no primeiro grande teste numa das grandes manifestações do movimento de Jonas Savimbi.

A oposição deverá, entretanto, aproveitar o actual clima de desagrado pela forma como os órgãos de informação do Estado têm sido utilizados nos últimos tempos — acusando-os de estarem «a fazer abertamente o jogo do MPLA» — para acelerar a entrada em funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação Social, com o fim de pôr termo à alegada «instrumentalização dos media».

Entretanto, alguns intelectuais contactados para integrarem a lista do MPLA às eleições legislativas, como Henry dos Santos e Carlos Gaspirinho, declararam à «Exame», por não pretenderem «colaborar» com uma personalidade «desgastada» e por não estarem «totalmente de acordo com o projecto» que sustentava as suas candidaturas.

Governo da UNITA

Entretanto, parece estarem adiantadas as concertações em torno da formação de um futuro Governo da UNITA, que, segundo fontes fidedignas, poderia integrar figuras do MPLA como Lopo do Nascimento, na pasta de ministro do Estado junto da Presidência, Pranga N'Dula, como vice-ministro da Defesa, e Venâncio de Moura, como vice-ministro das Relações Exteriores. De resto, estes se mantêm fortes, Fernando Chipenda seria o primeiro-ministro, enquanto a Defesa seria dirigida por António Dembo, que para isso poderia ir disponibilizar das FALA, transformando-se assim no primeiro civil titular desta pasta em Angola. Salupeto Pena é apontado como ministro da Agricultura, Fátima Roque como ministro da Economia e Aguinaldo Jaime assumiria a pasta das Finanças. Vicente Ndaior, do PRD, poderá surgir como vice-ministro de Abel Chivukuvuku, dado como futuro chefe da diplomacia angolana em caso de vitória eleitoral da UNITA. Enquanto as cargos de ministro da Saúde poderá vir a ser ocupado por Jorge Champalimaud e o da Justiça por Valdemar Couvia, já um simpatia à pasta dos Petróleos a UNITA estaria atualmente a perfilar de um técnico competente e apolítico dos partidos políticos. ■

Humilhados

BTO, 9 AGOSTO 1992

Os espanhóis ainda não querem acreditar que a sua selecção de basquetebol foi ridicularizada pela equipa de Angola. É que não foi só o resultado desnivelado (63-83) a embaraçar os jogadores da "casa" e o seu técnico. Foi acima de tudo a forma clara e descontraída como os jogadores angolanos se impuseram numa segunda parte de grande nível, dando-se ao luxo de realizar jogadas de malabarismo que conquistaram em definitivo o público de Badalona que acabou o jogo a gritar por Angola, talvez a forma mais contundente de mostrar aos seus jogadores o desagrado pelo facto de estes terem passado 13 minutos sem marcar um único cesto. E se pensarmos que em muitas regiões de Espanha o basquetebol discute com o futebol a primazia entre o interesse do público, então teremos a devida dimensão do terremoto provocado pelos basquetebolistas angolanos.

Moçambique

Cimeira de Roma com data em dúvida

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA 28 JULHO 1992

A UMA SEMANA da prevista cimeira entre o Presidente Chissano e o líder da Renamo, as delegações das duas partes reúnem-se hoje uma vez mais na comunidade católica de Santo Egídio, em Roma, a fim de acertar mais alguns aspectos da futura pacificação de Moçambique.

Tanto fontes ligadas ao decorrer das conversações romanas como a delegação da Renamo em Portugal nos disseram que tudo continua marcado para que Joaquim Chissano e Afonso Dhlakhama se reúnam dia 4 de Agosto em Villa Madama, um palácio do Governo italiano situado próximo do Estádio Olímpico de Roma.

No entanto, Maputo continuava ontem sem confirmar a data da cimeira, o que deixava algumas chancelarias na incerteza quanto à possibilidade de ainda ter de haver algum adiamento. E em certos meios diplomáticos falava-se mesmo no dia 8.

Medianeiros e observadores do processo de paz que até agora tem vindo a passar essencialmente pelo Governo italiano e pela Igreja Católica não viram com muito bons olhos que o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, tivesse querido "dar uma mãozinha"; como outrora o marechal Mobutu o fez, em Gbadolite, em relação a Angola, e sem grande proveito.

Líder da Udemo candidato a Presidente

Enquanto isto, o líder de um dos novos partidos moçambicanos, a Udemo, Bernardo Alfai Gimo, mais conhecido por Gimo Phiri, disse à publicação "mediaFAX", de Maputo, que tem às suas ordens mais de 2000 homens armados e que tenciona pressionar a Frelimo e a Renamo a entenderem-se o mais depressa possível.

Gimo, que foi simpatizante da Frelimo, em 1976 fundou no Malawi o Partido Revolucionário de Moçambique, em 1982 se juntou à Renamo, em 1986 fundou a Unamo e daí passou ultimamente para a Udemo, afirmou querer que as suas forças — estacionadas principalmente na província da Zambézia — sejam tomadas em consideração nas conversações de Roma.

O agitado personagem declarou que, "sem dúvida", será candidato a Presidente da República, que tem a sua base nos montes Namúli, na região fronteiriça da Zambézia, e que também tem casa no Malawi, de onde é natural sua mulher.

No fim da entrevista ao boletim "mediaFAX", Gimo Phiri pediu a Chissano e Dhlakama que façam do encontro de Roma "um marco importante para a conquista da paz em Moçambique": "Se for só para se apertarem as mãos e mais nada, não estarão a agir a favor do povo. O povo quer paz para se movimentar à vontade no país". ■

Maputo confirma cimeira Chissano-Dhlakama a 4 de Agosto

Preparativos em segredo

PÚBLICO
28 JULHO 1992

Bill Morris, em Washington

Enquanto, em Maputo, o Presidente Chissano confirmava a realização da cimeira com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a 4 de Agosto, em Roma os negociadores tentam chegar rapidamente a um consenso sobre as questões militares. Nenhuma das partes se pode dar ao "luxo" de deixar fracassar esta cimeira.

Os negociadores do Governo e dos rebeldes moçambicanos, reunidos em Roma sob a mediação do Governo italiano e da Igreja Católica, encaminham-se para um acordo sobre questões militares que poderá ser concluído antes da cimeira entre o Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, líder da Renamo — disseram ao PÚBLICO fontes africanas e americanas em Washington.

De acordo com as fontes, as partes estão a fazer progressos no referente ao número de soldados do futuro exército unificado. Inicialmente, a Renamo advogava 15 mil efectivos e o Governo preconizava 50 mil. "Julgo que o consenso aponta para 20 mil a 25 mil soldados", disse uma fonte diplomática conhecedora das negociações.

Por outro lado, as mesmas fontes indicam que a Renamo vai aceitar a existência dos *serviços de informação* militar que equiparara anteriormente à SNASP (a polícia política do regime), e que também há consenso sobre a estrutura de comando das novas forças armadas.

Esta evolução positiva num processo negocial que diplomatas norte-americanos descrevem, *frequentemente*, como "cansativo" e "frustrante", surge a poucos dias da cimeira entre Chissano e Dhlakama, prevista para 4 de Agosto. Esta data, até agora em dúvida, foi ontem confirmada em Maputo por Joaquim Chissano.

Os preparativos para a cimeira decorrem no maior sigilo, sabendo-se, contudo, que a agenda ainda não foi acordada. A Renamo pretende discutir a *suspensão de vários artigos* da Constituição e problemas pendentes sobre as questões militares em debate nas conversações de Roma. O Governo moçambicano, aparentemente, tencionava obter na cimeira um compromisso inequívoco dos seus adversários quanto à assinatura de um acordo de cessar-fogo. No *entanto, fontes diplomáticas* africanas afirmaram ao PÚBLICO que o objectivo, neste momento, "é acelerar as conversações".

Que resultados concretos contribuiriam para essa aceleração é a interrogação que se coloca. Uma fonte bem colocada disse que os preparativos para a cimeira estão a decorrer, aparentemente, sob a batuta do Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe. "Não sabemos, em rigor, se as coisas estão a ser bem preparadas", disse, advertindo que "nem Chissano, nem Dhlakama podem sair de Roma sem progressos concretos na frente negocial, sob pena de o processo se resentir" e de as negociações serem "prejudicadas".

Evitar um novo Gbadolite

Uma fonte diplomática africana declarou ao PÚBLICO que "as duas partes querem evitar que Roma seja uma repetição de Gbadolite" — referindo-se à cimeira de Junho de 1989, na terra natal do Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, e que resultou numa declaração de cessar-fogo em Angola e num "contrato de promessa de negociação" entre a UNITA e o Governo de José Eduardo dos Santos. Gbadolite é hoje sinónimo de tempo perdido e expectativas exageradas.

A fonte acrescentou ser indispensável que as complicações da *cimeira sejam ponderadas*, adiantando que o processo está a ser excessivamente lento, em parte por que não foi possível dividir as negociações em "duas vias paralelas" como aconteceu com as conversações de Bicesse, isto que os negociadores foram integrados numa comissão política e noutra militar. "No caso de Moçambique, não há número suficiente de negociadores preparados para formar duas comissões", acrescentou a fonte.

A lentidão do processo levou Joaquim Chissano a adiar as eleições de 1991 para 1992, depois de ter afirmado que elas teriam lugar "com ou sem Renamo". "Neste ano já não é possível realizar as eleições, mas é possível e importante concluir o acordo de paz e de cessar-fogo", continuou.

Se os progressos que parecem à vista nas negociações sobre os assuntos militares se confirmarem, a cimeira poderá decorrer num clima mais propício a discussões frutíferas.

Caso contrário, há o risco de o processo de paz em Moçambique — o país com o PNB mais baixo do mundo (100 dólares) e com o índice de sofrimento humano mais elevado do planeta, de acordo com o Population Crisis Committee — se arrastar e, com ele, uma penosa e violenta guerra civil que martiriza os moçambicanos há 13 anos. ■

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA 28 JULHO 1992

São Tomé pede apoio a Cavaco

O PRIMEIRO-MINISTRO são-tomense solicitou ontem ao seu homólogo português o alargamento da cooperação bilateral nos sectores da formação profissional e do investimento privado, ale de apoio para o equilíbrio da balança de pagamentos do seu país. Num encontro na residência oficial de Cavaco Silva, em Lisboa, Norberto Costa Alegre expôs a evolução da situação económica, social e política de São Tomé, com destaque para as carências económicas, para as quais solicitou apoio a Portugal. Nesse sentido, Costa Alegre agradeceu ao chefe do Governo português a posição tendente ao aligeiramento da dívida, defendida por este na recente reunião, em Genebra, dos países credores de São Tomé. Em contacto que também manteve com o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, o primeiro-ministro deste país africano preparou a reunião de ministros da Justiça dos PALOP que decorrerá em território são-tomense em Setembro. ■

EXPRESSO, Sábado, 1 de Agosto de 1992

Famintos de paz

EXPRESSO, Sábado 1 de Agosto de 1992

Dois nossos enviados ANTÓNIO COSTA SANTOS e ANTÓNIO PEDRO FERREIRA (fotos)

PARA TRÁS ficam três anos de conversas de surdos e onze rondas negociais que puseram à prova a paciência do Senhor — e em particular a dos seus emissários da Igreja de Santo Egídio, pouco versados nas subtilezas da diplomacia de guerra.

As partes começaram por perder meses e meses a discutir o local das conversações e a escolha dos medianeiros. Depois lateralizaram o principal, ganhando tempo para a fome e a guerra. Na últi[illegible] ronda, em Junho, ainda [illegible] seguiram demorar 15 dias a discutir a ordem pela qual seriam discutidos os assuntos em agenda, como se isso tivesse a menor importância para aqueles a quem a paz interessa acima de tudo.

Mas, salvo qualquer imprevisto de última hora, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama encontrar-se-ão esta semana em Roma, sob os auspícios de Robert Mugabe. No trio reside a continuidade da guerra ou o início da paz em Moçambique. Se se tomassem à letra as declarações do Presidente de Moçambique, proferidas em Lisboa vai para dois mese[illegible] [illegible]gundo as quais «o povo nã[illegible] está à espera de um aperto de mão ou de um abraço», mas sim de «garantias de que poderão ser estabelecidas tréguas», poder-se-ia assegurar a assinatura de um cessar-fogo. Do outro lado, o líder da Renamo, que se recusou sempre a admitir o cessar-fogo como passo para a paz, antes o considerando como resultado de um acordo global, reconhece que da cimeira «poderá pelo menos sair um cessar-fogo condicional».

A entrada de portugueses, americanos, ingleses e franceses na cena das negociações parece ter ajudado os mediadores italianos, pressionado os beligerantes e coincidido com os interesses regionais existentes na África Austral que, puxando mais por este ou por aquele, se convenceram que qualquer má paz é preferível a uma boa guerra. Bom sinal. Agora os diversos poderes e interesses em jogo já se preocupam fundamentalmente em saber quem vai ganhar a guerra dos louros da paz e cobrar os devidos juros. Aqui residem os derradeiros obstáculos.

Por uma vez é possível que a violência da fome e da seca — os objectos da reportagem das páginas seguintes — vença a estupidez dos senhores da guerra. É Deus a escrever direito por linhas tortas.

PÚBLICO — QUARTA-FEIRA, 29 JULHO 1992

Moçambique

Quem matou Samora?

ENQUANTO em Roma se efectuam encontros a vários níveis entre delegados do Governo moçambicano e da Renamo, a uma semana da cimeira Chissano-Dhlakama, o Partido Democrático de Moçambique (Pademo) pediu à viúva de Samora Machel que "indique os nomes dos assassinos" do antigo Presidente, para "julgamento imediato".

De declarações feitas por Graça Machel numa conferência internacional que se realizou em Abril, aquele jovem partido diz ter compreendido que a antiga ministra da Educação conhece "os nomes dos indivíduos que assassinaram" o Presidente, oficialmente vítima de um desastre de avião ocorrido em 1986.

Interrogada pela publicação independente "mediaFAX" sobre o comunicado a este respeito distribuído pelo Pademo, a viúva do anterior Chefe de Estado escusou-se a fazer declarações sobre o assunto.

Entretanto, contactado em Roma, o chefe da delegação governamental moçambicana, Armando Guebuza, disse ao PÚBLICO não poder confirmar que a cimeira Chissano-Dhlakama seja de facto a 4 de Agosto, conforme disseram as autoridades italianas e a Renamo. ■

A dança do dinheiro de papel

EUGÉNIO Mucavele está no «top-ten» moçambicano há várias semanas com a canção «Maly ha Pepa Y na Combo» (o que significa, traduzido à letra, «dinheiro de papel não tem azar»), uma marrabenta contra as fortunas fáceis que nascem em Maputo, à custa da fome, da seca e da guerra. E, no mercado do Xipamanine, o cidadão médio pega em seis mil meticais (o salário mínimo ronda os 40 mil meticais, ou seja, pouco menos de dois contos portugueses) para comprar uma cassete pirata e poder ouvir em casa a cantiga do «Dinheiro de Papel».

Mucavele diz ao povo «gordo, mas de barriga vazia»: **«Cuidado com o magro. O magro é perigoso. Faz-te uma farinha amarga e tu come-la. Com essa água que não se bebe, mas tu bebes. E, se dizes que é amarga, ele dá-te mais um pouco dessa água e tu ficas satisfeito. Cuidado com o magro.»**

Toda a gente sabe que é assim, mas ninguém leva Eugénio a sério. A canção de intervenção caiu em desuso depois do abuso que sofreu nos anos oitenta, quando os pulmões da revolução socialista respiravam forte e os versos eram panfletos. Hoje, mesmo se as palavras do cantor são dirigidas contra o poder outrora louvado, ninguém o ouve com atenção. É mais um ritmo de dança para um povo que descobriu que a dançar também se mata a fome. Os moçambicanos, quando encaram os seus dramas, parecem estar sempre a citar o sociólogo austríaco Paul Watzlawick: **«A situação é desesperada, mas não é séria.»**

Na fábrica de pneus Mabor, uma das poucas que se afasta do padrão terceiro-mundista da indústria nacional, em todos os pavilhões, placas suspensas do tecto recordam que é proibido «correr e brincar», além de fumar e gritar.

Dando de barato a gestão ruinosa dos recursos naturais do país e os mais clamorosos disparates económicos, como seja a nacionalização da rede de distribuição de alimentos, agora de difícil emenda, bastaram dez anos de guerra e três de seca para fazer de Moçambique, com os seus 15 milhões de habitantes, um dos países mais pobres do mundo — em rigor, o mais pobre, de acordo com a selecção de indicadores de desenvolvimento da ONU.

O PROGRAMA de emergência das Nações Unidas para 1992/93 prevê o fornecimento de alimentos a 3,1 milhões de moçambicanos sem recursos mínimos de sobrevivência. Este número representa, em relação a 1991, um aumento de mais de 1,3 milhões de famintos. Contudo, em Maputo, os Mercedes e os BMW constituem parte importante do parque automóvel; os supermercados vendem garrafas de uísque escocês pelo equivalente a mês e meio de salário médio; a burguesia negra gasta numa só mesa do restaurante Zambi o equivalente a meio ano de trabalho do motorista do governador provincial de Gaza. E o observador mais acrítico acaba por se interrogar sobre a proveniência de tanto dinheiro, ostentado num país que recebe em donativos 87 por cento dos seus rendimentos e cujo produto interno bruto «per capita» era, em 1991, de 80 mil meticais, ou seja, menos de 30 dólares (cerca de 4500$00).

Na rua, as histórias de corrupção e desvios de fundos são contadas à vontade, graças à extinção da polícia política — a SNASP — e à abertura que o Governo de Chissano foi forçado a promover. Mas, sobretudo, as histórias ficam a dever-se à chantagem moral que os «gordos» de «Maly Ha Pepa» exercem sobre aqueles que têm acesso aos microfones da rádio estatal, o mais eficaz, senão o único órgão de informação moçambicano (a televisão é caricatural, e a Imprensa tem penetração insignificante numa população com pelo menos 78 por cento de analfabetos).

«Anda muita gente a enriquecer à custa da assistência internacional, mas não podemos correr o risco de, ao denunciar essa situação, darmos argumentos aos países ricos para reduzirem os donativos», afirma um locutor da Rádio Moçambique. **«É que, mesmo sobrando pouco, esse pouco é imprescindível para salvar vidas.»**

A impunidade é, assim, total, nestes tempos de transição, quando os ideais revolu-

cionários já se perderam e o Estado de direito ainda não existe. É uma impunidade só afectada ao de levar por uma ou outra local do diário «Notícias», que relata, para doador ver, por exemplo, o desvio em Nampula de 12 toneladas de leite do Programa Mundial de Alimentação por «altos quadros da Educação» e termina, sem variação, com um parágrafo que afirma: **«para todos os efeitos, mais uma vez, produtos destinados a necessitados foram desencaminhados, esperando-se pela decisão da Direcção Provincial de Educação que convença a opinião pública, assim como os doadores.»**

NUMA cultura de contadores de histórias (ainda hoje, à porta do mercado central de Maputo, três velhos ganham o sustento narrando a uma pequena multidão a chegada do Gama, um, o destino de Gungunhana, outro, a morte de Samora Machel, o terceiro, recebendo em troca da récita uns poucos meticais da assistência), a cada canto se diz que o gabinete da primeira-dama se equipou com *computadores*, em vez de *distribuir* pelas crianças os lucros do restaurante de luxo Ungumi, frequentado por estrangeiros milionários — o «slogan» **«almoços rápidos para homens de negócios»** é um grande trunfo, numa cidade que se move em câmara lenta — e montado *para fins de beneficência*; ou se fala do ministro que anteontem teria caído em desgraça por andar a vender os motores dos Mig da Força Aérea a preços de ocasião; ou se narra a lenda do alto funcionário da Frelimo que já tem vivenda com piscina para um futuro exílio dourado em terras do ex-inimigo sul-africano.

Num país em que os polícias alugam a pistola por uma noite aos bandoleiros e onde os militares, nos postos de controlo rodoviários, aceitam como único salvo-conduto um maço de cigarros ou uma nota de cinco mil, todas as histórias são plausíveis e só os mortos, como Samora Machel, estão acima de qualquer suspeita.

«Tudo o que para aí se diz, mais o que nem se sonha, pode ser verdade, mas não há nada a fazer», diz, com um fatalismo atávico, a escritora Paulina Chiziane, funcionária da Cruz Vermelha há seis anos, cansada de abastecer indirectamente o «inimigo».

L.F., um português que não abandonou Moçambique após a independência, explica: **«A imoralidade começa na origem do donativo. Quando um país rico declara oferecer um milhão de dólares está fartinho. Já está a mentir, porque estabelece ele o preço da tonelada que vai oferecer e, se quiser, oferece-a a mil dólares, em vez dos 500 que custa no mercado. Os necessitados perdem, portanto, à partida, digamos que meio milhão de dólares. A imoralidade prossegue com os gastos no transporte do donativo: mais 200 mil dólares, suponhamos. Por fim, as 300 toneladas que acabam por chegar a Moçambique são desviadas a 50 por cento, antes de chegarem ao seu destino»**, e as 150 que arribam às capitais dos distritos mais atingidos pela fome são distribuídas prioritariamente pelas autoridades regionais, pela tropa que escolta os transportadores e por *numerosos outros* agentes. Do tal milhão de dólares que a comunidade internacional se orgulha de ter dado às vítimas da fome em Moçambique pouco resta quando os meninos mortos de fome, em Massangena, fazem fracos esforços para enxotar as moscas da boca e engolir um punhado de farinha. Mas deixemo-nos de pieguices, que este **«povo não se lamuria»**, diz A. Guileziane, director provincial das Obras Públicas de Gaza.

MASSANGENA fica à beira do Save, na fronteira entre Gaza e Manica. De Xai-Xai (antiga Vila João Belo), a capital da província, são 90 minutos de avioneta. Por terra, ninguém lá chega. A estrada deve estar intransitável. E diz-se **«deve estar»**, porquanto ninguém lhe testou o piso nos últimos tempos e saiu vivo para contar.

A zona é de guerra; ainda recentemente, as forças governamentais destruíram ali perto uma base de treino da Renamo, em combate convencional. No dia-a-dia, a guerrilha faz incursões contra as aldeias, saqueando os magros haveres dos camponeses, que abandonam progressivamente as suas hortas reasequidas (as «machambas») e se concentram na sede distrital. São 21 mil os deslocados, numa população de 30 mil pessoas, que parecem viver do ar. Viatura que se aventure a percorrer os quilómetros que separam as vilas, principalmente de noite, (mas também à luz do sol, se as *forças* regulares não estão por perto, devido à incapacidade de estar em todo o lado ao mesmo tempo ou a motivos mais comezinhos como não haver combustível para os blindados), é metralhada, esvaziada do que transporta, e incendiada, com ou sem condutor.

A pista de aviação precisava de ser alisada, porque vai ganhando sulcos a cada aterragem dos monomotores da Cruz Vermelha, que irregularmente conduzem medicamentos ou farinha para os refugiados, mas transportar para cá um cilindro é impensável. Pede-se, pois, perícia aos gloriosos condutores das máquinas voadoras e resistência aos aparelhos.

Jorge, o aviador da novel companhia Natair, criada, ao abrigo do Programa de Reabilitação Económica de 1987, por pilotos de longo *curso* das Linhas Aéreas de Moçambique cansados das iniquidades do Estado-patrão e empenhados com entusiasmo em **«provar que é possível fazer bem as coisas»**, faz o reconhecimento do aeródromo e aterra.

Em volta, as palhotas estendem-se num círculo de argila com três quilómetros de diâmetro, onde até os embondeiros, reservatórios naturais de água, acabam por morrer à sede, como morreu a lagoa que deu nome à povoação e hoje não passa de uma ampla cratera coberta de seixos rolados, estranhamente atravessada por uma ponte fantasma.

A aldeia está deserta, quando ainda há dois anos, data das últimas chuvas, tinha dez mil almas. A população deslocou-se para junto do rio Save, a sete quilómetros, onde ainda há água, e a Cruz Vermelha subsidia um projecto de rega que alimentará, daqui por um ano, 100 hectares de *milho*. Falta apenas ligar uma motobomba, guardada dia e noite por soldados governamentais, e arar à enxada o terreno.

Mesmo depois de verem morrer, por falta de regadores e vasilhas, com o rio ali tão perto, vinte bananeiras e um viveiro de aboboreiras, as gentes de Massangena têm esperança. E paciência. Vivem de dia junto à margem do Save, tentando encontrar comida, e, à noite, fazem nova e escusada caminhada até à aldeia, para dormir, sem medo dos bandidos, porque estes sabem não haver nada para roubar.

São esses sete quilómetros de picada que percorremos a pé até Massangena, sede de distrito (o equivalente moçambicano à freguesia portuguesa). Todas as viaturas com motor foram destruídas, primeiro pela guerra de libertação do Zimbabwé, a Guerra da Rodésia, e, ultimamente, pelos «bandidos armados». Sobrou uma ambulância, oferecida pela Itália, mas está em Xai-Xai, não explicam a fazer o quê, e *existem duas* motorizadas afectas ao sector da Saúde.

O enfermeiro, chefe da tentativa de hospital local — onde um fémur fracturado é envolto em gesso *sem radiografia prévia* e cuja farmácia é regularmente assaltada pela Renamo —, possui penicilina injectável, mas uma só seringa e duas agulhas. Vem buscar-nos a dois quilómetros de caminho e leva-nos, à vez, ao encontro do administrador José Augusto. No pátio do edifício da administração, o cozinheiro, que ouvira o avião, perfila-se diante dos visitantes e, confundindo-nos com gente das Nações Unidas, recorda que a «nossa» última ajuda foram 900 sacos de milho, em Maio, pelo que é bem-vindo qualquer carregamento. Desfeito o equívoco, desfaz-se o sonho do homem. Não há profissão mais triste que a de cozinheiro em Massangena.

FORMAL, José Augusto vestira, ao som da avioneta, uma «balalaica» nova para receber os **«nossos irmãos portugueses»**, que tudo poderão ver e fotografar, à excepção de um objectivo estratégico: dois blindados soviéticos, imponentes para um inimigo miope, mas que já não trabalham nem «tchovados» (isto é, de empurrão), e que se imagina ostentarem em caracteres cirílicos o aviso «consumir de preferência antes do *fim* da Segunda Guerra Mundial». Mas o factor psicológico também conta, e a população sente-se muito mais segura ao pé das carcaças dos tanques que ali foram morrer.

Massangena está destruída mas, como se diz em todo o país, procede-se à sua **«reabilitação»**. A maternidade e o hospital, a escola, o posto administrativo, a residência do administrador, enfim, todos os edifícios de alvenaria, foram atacados, pilhados e incendiados, num ou noutro ataque dos rodesianos e da Renamo. As autoridades vão repondo, na medida das possibilidades, o telhado da escola, uma das 3119 destruídas pela Renamo, segundo a incipiente estatística oficial, mas os 50 miúdos que estudam português (**«a Rita e o Raul vão à rua de carrinha»**, repetiam eles em coro, aprendendo a letra érre, de «guerra», sem nunca terem *visto ruas* nem carrinhas), fazem-no numa sala nua, sentados no chão, com folhas de papel pardo por cadernos e livros intitulados «Vamos Aprender», oferecidos em quantidades restritas pela Cruz Vermelha Portuguesa. Alguns têm lápis e emprestam-nos aos outros, com mil recomendações para que não lhes partam os bicos. O professor observa com ar melancólico a «Bic»

do jornalista e agradece-nos penhoradamente quando, num mar de vergonha, lha passamos para a mão. «Se não lhe faz falta...»

A PREPARAÇÃO das novas gerações de moçambicanos confunde-se muito com teimosia, em Massangena, onde se estuda de barriga vazia numa casa em ruínas, entre dois ataques da Renamo, como em Balacuene, bem mais perto de Xai-Xai, que é como quem diz, da civilização possível.

Aqui a escola é um terreiro mal coberto pela sombra de quatro acácias e um jacarandá, onde se erguem cinco construções de argamassa, cobertas de colmo: «Palhotas melhoradas», diz, sem ironia, uma britânica da Help Age, uma organização de apoio à terceira idade. São as salas de aula erguidas pela diocese de Xai-Xai.

Chegámos à hora do recreio e o pátio fervilha de miúdos, entregues, entre outros, a uma espécie de jogo da malha a que chamam de neca. Carlos Tamel, um dos três professores, resume a situação. Esta era a escola de Zunguene, do outro lado do Limpopo, atacada em Outubro de 1990 pela Renamo. Com os mestres e os adultos sobreviventes do massacre, 513 crianças refugiaram-se em Balacuene e aqui têm aulas, comem e dormem, divididos em dez turmas da primeira à quinta classe. Cada «palhota melhorada» é atafulhada, por turnos, com mais de 50 crianças. Tamel tem 200 alunos e três livros por cada classe. Declara, em tom de confidência, que o aproveitamento escolar é muito baixo.

É melhora no Verão austral, quando é dia até mais tarde e as classes funcionam ao ar livre.

Carlos Tamel tem uma ambição profissional: regressar a Zunguene, finda a guerra, com a sua escola e as famílias dos seus pupilos. Até lá, vai ensinando, e é dos poucos deslocados para Balacuene que têm um objectivo na vida. Os outros, sem a machamba para cultivar, concentram-se em volta de construções de caniço, sentados as mulheres e os velhos, de cócoras os homens, num silêncio pesado, à espera que as freiras passem e lhes façam a esmola de umas folhas de aboboreira para poderem continuar a esperar.

Elisa é uma das poucas mulheres que se exprimem em português, além do xangane natal, e ainda agora chegou de Nhabanga, depois de caminhar 40 quilómetros de Bilene para cá, a fugir à guerra que tornou insalubre a estância de turismo do tempo colonial («morreu muita gente; queimou toda a aldeia»). Explica por que querem todos os camponeses a paz, uma paz qualquer, mas paz depressa: «Porque aqui não comemos nada.»

CAMILO José Santini, brasileiro, técnico da FAO, está em Xai-Xai, a introduzir quatro projectos de impacto local, destinados a minorar as carências alimentares das populações. Desde 1989 que rema, com os seus colegas, contra a seca, a Renamo e a desorganização do Estado. Por isso não contabiliza ganhos nem perdas e afirma apenas que «vamos conseguindo» e «oxalá consigamos».

O primeiro projecto consistia na introdução da tracção animal no cultivo, para rentabilizar a exploração do pouco solo irrigado. A ONU adquiriu 65 juntas de bois e entregou-as a explorações agrícolas estatais escolhidas, «supermachambas» no dizer do brasileiro. Os «bandidos armados» fizeram bifes de algumas cabeças de gado, mas o projecto continua.

O segundo visa o aumento da produção de cereais, com a introdução de sementes melhoradas. A burocracia estatal atrasou o recebimento dos grãos, e o projecto está um pouco atrasado. Aliás, só no passado dia 2 de Julho é que o Ministério do Comércio moçambicano decidiu isentar de uma taxa aduaneira de 22 por cento os produtos básicos importados, como o trigo e seus derivados. As sementes, importadas da África do Sul, estiveram à beira de ser consideradas não-básicas.

A promoção de métodos de conservação e transformação de alimentos é outro dos projectos da FAO para Gaza e talvez aquele que corre melhor, pois depende quase exclusivamente da pedagogia dos técnicos do organismo. Muito mal decorre a última das tarefas que Santini e os colegas empreenderam: a reflorestação das zonas suburbanas. A reactivação de dois viveiros previa a cobertura de 40 hectares de arvoredo, mas a seca só permitiu o plantio de 15. E como era vital este projecto!

A grande preocupação dos técnicos agrários é atrasar a desertificação e, junto às vilas e cidades, mesmo às portas da capital moçambicana, as populações deslocadas estão a fazer razias às árvores. São dezenas de milhares de pessoas que desbastam o arvoredo para obter lenha para as fogueiras, espaço para os seus alojamentos temporários e horizonte descampado para detectar bandidos e assaltantes à distância. Os bosques que envolviam Maputo foram paulatinamente arrasados, e a zona periférica da cidade cresce todos os dias, à razão de duas mil palhotas por semana.

E se nos subúrbios da capital a situação criada pelos deslocados que se instalam até que a guerra termine já é caótica, nas imediações de Xai-Xai o quotidiano é demente, porquanto o vai-vém das populações camponesas é ditado pelas horas de luz.

CHICUMBANE fica a poucos quilómetros da antiga João Belo. Às quatro da tarde, o Quiosque Paula fecha os taipais, porque o pôr-do-sol se anuncia, e a população começa a entrar para jipes, carrinhas, camionetas de caixa aberta, para todos os veículos que fazem serviço de «chapa 300», a alternativa oferecida pelos privados com carro aos transportes colectivos que soçobraram por falta de peças. As pessoas pagam 300 meticais até Xai-Xai e outro tanto por cada cabrito assim posto a salvo dos «bandidos armados». Dormem nas arcadas dos edifícios coloniais, ou na praia, os que aguentam palmilhar os dez quilómetros que separam a vila do areal, e regressam ao romper da bela aurora, hora de a Renamo dar tréguas.

Este quotidiano insano não é o de meia dúzia de chicumbanenses. É todo o povo que abandona a terra aos bandoleiros e a recupera pela manhã. Quando perguntámos ao administrador do distrito, que nos acompanhara pela aldeia, se quer que o deixemos no edifício da administração, finda a digressão, ele ajeita-se no banco do carro e diz, com um risinho nervoso: «Não, obrigado, eu vou para Xai-Xai convosco.» Mais um deslocado.

São cinco horas, e o sol de Inverno vai desaparecer num instante. Os retardatários correm na beira da estrada para os últimos «chapa 300», cujos condutores não ousam fazer-se à estrada após o crepúsculo. Em Chicumbane já só estão quatro homens, todos no hospital. Um é enfermeiro, outro é condutor de ambulâncias. Os restantes dois são doentes de bilharziose, estão em muito mau estado, não podem, como outros um pouco menos graves, apanhar o «chapa 300».

Todos os dias a ambulância evacua os pacientes internados para os corredores do hospital de Xai-Xai e volta, pela manhã, a depositá-los na enfermaria miserável de Chicumbane. Não podem ficar na sede provincial porque não há camas. Não podem ficar no hospital do distrito porque seria morte certa. A 11 de Janeiro, um grupo da Renamo invadiu o estabelecimento em busca de comida e remédios; porque não encontraram o pretendido, os assaltantes esfaquearam e balearam todos os doentes acamados que não puderam fugir; depois pegaram fogo às enfermarias. Nem a maternidade escapou à fúria. Talvez por isso, de Janeiro para cá, o hospital de Chicumbane não fez nem mais um parto. Os bebés da terra nascem, desde então, nas palhotas, sem assistência médica, nos «chapa 300», se a hua se atrasa, ou em Xai-Xai, no pórtico do Bazar da Juventude de Magan Ramji («Temos sumo gelado»). Assim têm mais hipóteses de sobreviver.

EM MABALANE, sede de distrito, a meia hora de voo para norte de Xai-Xai, a guerra faz menos vítimas entre a população civil, porque se reconstrói na zona a linha férrea, em pleno corredor do Limpopo, e a tropa regular é muita.

As mortes, neste sítio, são provocadas pela cólera, pela malária e pela fome. A seca é assassina, e Salvador Machaé, o administrador, diz que em 59 anos de vida nunca viu coisa assim. «Secaram lagoas que nunca tinham secado, e quem nunca viu o Limpopo não acredita que ali tenha passado um rio que ainda em 87 matou gente com cheias», afirma.

Os camponeses morrem de sede e escavam o leito do Limpopo para beber. Três quilómetros à frente, um ribeiro subterrâneo ainda debita alguns metros cúbicos de água sobre as pedras do rio seco. Quatro «machambeiros» esgotam-na com outras tantas bombas e encaminham o líquido precioso para as plantações sobreviventes, raquíticas. «A terra é fértil, está só à espera que chova», diz o administrador. «No dia 30 de Abril caíram uns pingos e o milho cresceu até espigar.» Depois o sol queimou-o.

O Limpopo vazio não é a imagem mais chocante de Mabalane. Na periferia da vila, a Cruz Vermelha instalou um centro de recuperação de crianças subnutridas. Sob um telheiro, sentam-se no chão as mulheres e os seus filhos de ventre inchado e carapinha amarelecida pela fome. As crianças têm idades difíceis de determinar.

Há uma bebé que chegou na véspera ao posto, com o peso e o desenvolvimento motor de um recém-nascido: tem nove meses. De vez em quando faz uma pausa no choro fraco e tenta agarrar a mama da mãe, que não dá leite há um dia. A mulher é viúva e tem 17 anos. Parece que tem 50.

A enfermeira da Cruz Ver-

Inelha é muito jovem. Talvez seja aquele trabalho o seu baptismo de fogo. Fala com os olhos postos no chão, voz sumida de velório. Quando lhe perguntámos de que meios dispõe para tratar a subnutrição quase não se ouve a resposta: «**Não temos suplementos. Só podemos dar de comer às mães**», farinha de milho e «macuas», nome dado por aqui aos frutos da figueira moçambicana. E se a pergunta é sobre o número de bebés assistidos no centro, declara: «**Estão aqui poucas crianças porque não as podemos manter depois de recuperadas. Recebem tratamento e vão para casa.**» Cedo ou tarde voltarão, se não morrerem entre dois «internamentos».

OS EFEITOS da guerra e da seca em Moçambique não se limitam à destruição da economia do país e vão durar décadas, segundo os prognósticos mais optimistas.

O movimento presidido por Afonso Dhlakama pode assinar um pacto com o Governo de Joaquim Chissano hoje mesmo, passados dois anos de negociações, e o céu pode abrir-se e deixar cair sobre as províncias ressequidas a mais fecunda bátega de água de todo o sempre que o mal está feito.

Nem a fome terminará com as primeiras chuvas nem a guerra cessará com os acordos de Roma, o moçambicano da rua está consciente disso. Quando Samora Machel introduziu no discurso oficial do Estado e da Frelimo a designação «bandidos armados», queria obviamente desqualificar a Renamo como força opositora com objectivos determinados para desencadear uma luta armada. Dez anos passados, a expressão ganhou novos atributos e mostra-se finalmente justa.

Se bem que o poder continue a atribuir todos os ataques a populações indefesas aos guerreiros de Dhlakama, as dúvidas sobre a autoria das pilhagens de aldeias e das mortes gratuitas são cada vez maiores entre o povo. «**As fardas são iguais**», diz um empregado do bar do hotel Polana, recentemente «reabilitado» por industriais sul-africanos. «**Ainda há dias, o chefe da logística do Governo Militar de Nampula foi preso por ter vendido, não se sabe a quem, quarenta fardas completas... Qualquer indivíduo de camuflado que entre aos tiros pelas palhotas pode ser identificado como da Renamo e ser apenas um verdadeiro bandido armado.**»

O Governo — e a hierarquia guerreira da Renamo — não controlam todos os seus destacamentos militares, e sabe-se que um qualquer grupo de soldados, semiesquecido num distrito do interior, sem abastecimentos durante meses, só com uma disciplina férrea — que manifestamente não existe nas Forças Armadas de Moçambique e imagina-se que estará ausente da Renamo — não utilizaria as armas para fazer lei e arranjar comida. Pela mão de militares no desemprego, de um lado e de outro, e com as armas e fardamentos malparados que infestam Moçambique, dificilmente a assinatura da paz em Roma porá fim à actividade dos «bandidos armados».

O mal está feito e tão depressa não será emendado. «**Na última década destruiram-se totalmente as duas gerações com que o país precisava de contar para o renascimento**», diz Henrique Camilo, co-responsável, com Paulo Machava, pelo mais popular programa da Rádio Moçambique, o «Onda Matinal», referindo-se à geração dos que têm hoje entre 18 e 25 anos e à dos «moluenes» (os meninos da rua), à beira de entrar na adolescência. «Onda Matinal» é a verdadeira tribuna popular, primeira e até agora única tentativa conseguida de informar com verdade e denunciar os desmandos das autoridades.

Os primeiros, que «**não conhecem outra ocupação que não seja combater, matar**», constituem o grosso dos efectivos dos dois lados do conflito. Os «moluenes» são «**órfãos, espezinhados durante toda a infância, com um instinto de sobrevivência hipertrofiado**», que não têm (e, portanto, nunca saberão reconhecer aos outros) quaisquer direitos.

«**Hoje é possível controlá-los, porque lhes falta a força física**», se bem que em Maputo, como nas principais cidades, os crimes mais gratuitos e sanguinários sejam já cometidos pelos «ninja», bandos de jovens sem eira nem beira. «**Têm de pedir para comer, têm de se sujeitar. Mas quando crescerem e começarem a exigir?**»

Os meninos da rua pululam em Maputo. Têm cinco, sete, dez anos no máximo e são órfãos de guerra que chegaram à grande cidade pelo próprio pé, fugidos do campo, escapando por *sorte* aos *raptos* que o Governo acusa a Renamo de fazer entre as crianças, para as educar como guerrilheiros e pô-las a matar nas próprias aldeias de origem.

Outros são abandonados pelas famílias que integram (para utilizar o eufemismo oficial) as «**camadas mais vulneráveis da população de baixos rendimentos**». Na capital serão entre dez e 20 mil, e o seu número cresce todos os dias.

As associações de caridade (há 198 confissões religiosas registadas no país, desde que se instaurou a liberdade de culto, mas os missionários católicos são preponderantes), quando os encontram nus fornecem-lhes roupa, que conservam até se esfarelar.

Andrajosos e descalços, vagueiam pela «baixa» de Maputo e concentram-se, para sobressalto dos vendedores, nos «dumba-nengues», mercados ambulantes sem rei nem roque onde se merca desde cerveja de lata sul-africana até roupa desviada aos donativos do Programa de Emergência, passando por borrifadelas de desodorizante, a 50 meticais cada, ou camadas de verniz de unhas, uma camada 60 meticais, duas 100.

Ao fim do dia são eles que vendem tabaco sul-africano aos transeuntes, com um lucro de 500 meticais (cerca de 25 escudos) sobre o preço praticado pelas tabacarias já fechadas. O dinheiro que investem nos maços provém, ou da venda do dia anterior ou das verbas que recebem por executar pequenos serviços, quase sempre guardar carros. Esta actividade é desempenhada com brio, e o miúdo contratado para vigiar um automóvel espera pelo condutor as horas que for preciso, sem abandonar o posto nem reclamar quando o pagamento é aviltante, o mais das vezes 100 meticais (um pacote de Bolacha Maria custa mil).

À noite, andam aos caixotes ou colocam-se a alguns metros das esplanadas dos restaurantes, assistindo às refeições dos ricos. Raramente pedem dinheiro. Preferem restos de comida. Não fosse isso, seriam iguais a todas as crianças pobres do mundo.

A última cena passa-se no Café Continental, no centro da «baixa» de Maputo. Dois jornalistas sentam-se junto à montra que dá para a rua. Poisam a máquina fotográfica na mesa e aguardam a chegada do empregado. Um «moluene», lá fora, esborracha um dedo no vidro, apontando para o tampo de mármore. Quer um retrato, interpretam os repórteres, e tocam na máquina olhando interrogativamente a criança. O catraio abana a cabeça, não é isso. Move o dedo um centímetro para o lado. Quer meio pacotinho de açúcar que o anterior ocupante daquela mesa deixou ficar da bica. Com um *sorriso* ávido e os olhos sempre pregados no tesouro, o «moluene» esperará meia hora pelo doce, até que os turistas saiam e lho entreguem. Não há no mundo miúdo que não faça um sacrifício por uma guloseima, diria qualquer acólito de La Palisse. E quando os miúdos crescerem e acharem que já chega de sacrifícios? ■

Moçambique

Trégua à vista

A PRÓPRIA imprensa de Maputo já admite a possibilidade de uma trégua nas hostilidades, como corolário da reunião entre o Presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, reunião essa que está marcada para 4 de Agosto mas que se poderá prolongar por vários dias.

De Roma, o chefe da delegação governamental moçambicana, Armando Emílio Guebuza, disse então: ao PÚBLICO que as duas partes continuavam a "negociar as questões militares e que quanto mais se avançar até lá, "mais fácil será" a cimeira.

Guebuza confirmou-nos que a Renamo já assita um Exército unificado de mais de 15.000 homens, enquanto o Governo baixou a sua prestação de 80.000, tese também acrescentou que ainda não se chegou a um consenso. Enquanto isto, a delegação da Renamo em Lisboa distribuiu ontem ao fim da tarde um comunicado do "Gabinete Presidencial" segundo o qual Joaquim Chissano teria enviado dois batalhões para o distrito de Mutarara, na província de Tete, a fim de dificultar a passagem de Afonso Dhlakama para o Malawi, onde deverá apanhar o avião para Roma. Note-se que Chissano declarara na véspera, em Maputo, que oferecia aos dirigentes da Renamo todas as garantias exigidas.

No entanto, apesar dessas "manobras", — prosseguiu o coronel Joaquim Vaz, daquela delegação — Dhlakama continua "em marcha" de seu quartel-general, na Gorongosa, para o Malawi, devendo atravessar chegar a Roma a tempo da cimeira.

Tropa amotinada

Por outro lado, o batalhão de elite "Nyanga", das Forças Armadas de Moçambique, formado por uma centena e meia de "boinas vermelhas" treinados no Zimbabwe, bloqueou esta semana a estrada nacional número um, impedindo a circulação entre Maputo e as províncias de Gaza e Inhambane.

As tropas em questão exigem o pagamento de três meses de salário em atraso, pois disseram que se em Roma for combinada a paz ninguém mais se lembrará de lhes pagar. O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Hama Thai, explicou que se houve atraso foi devido a uma auditoria que se fez no Ministério da Defesa, com vista a determinar o número exacto dos militares moçambicanos.

Segundo Hama Thai, tinham sido detectadas falsificações nas folhas de vencimentos dos militares de diversas unidades, que além de outras irregularidades mantinham os nomes de soldados que desde há *muito* haviam morrido, não desmobilizados ou desertado. ■

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 3 AGOSTO 1992

Ministro Guebuza em entrevista ao PÚBLICO

Portugal tem condições excelentes para garantir a paz

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Roma

O mais poderoso ministro moçambicano disse ontem em Roma que Portugal tem condições excelentes para garantir a paz que está a ser negociada e elogiou o esforço que tem vindo a ser feito pela delegação portuguesa nas conversações, chefiada por Antonio Sennfelt.

Armando Emílio Guebuza, de 49 anos, ministro dos Transportes e chefe da delegação governamental moçambicana às conversações de Roma, defendeu a importância da presença portuguesa no esforço de paz, depois de o líder da Renamo haver dito, numa entrevista recente, que Portugal é um país pequeno e sem grande peso.

Portugal conhece Moçambique e o seu papel vai contribuir para a paz, tem condições excelentes para o fazer e desde que a delegação portuguesa chegou a Roma o seu esforço é constante, disse-nos o mais poderoso dos ministros de Maputo, considerado em alguns meios uma sombra do próprio Presidente Joaquim Chissano.

A desconfiança da Renamo em relação ao Governo moçambicano e não a falta de empenho da Itália é que explica toda a morosidade deste processo, que se arrasta em Roma há mais de dois anos, declarou também Armando Emílio Guebuza, quando recebeu o PÚBLICO no hotel Parque dos Príncipes, junto do Parque Villa Borghese, numa tarde de autêntico calor africano.

A Renamo ainda não está preparada para intervir politicamente na vida moçambicana, pois ainda não ultrapassou a barreira da transformação de máquina puramente militar em partido político, alegou aquele veterano da Frelimo, que os seguidores de Afonso Dhlakama gostam de apresentar como sendo actualmente o homem mais rico do país.

"Não vamos falar de vírgulas e de pequenos pontos. Não sabemos quando é que poderemos chegar ao fim", afirmou-nos ainda Guebuza quando desejámos saber pormenores sobre as longas conversações que nos últimos dias tem mantido, quase em permanência, com a delegação da guerrilha, chefiada pelo general Raul Domingos.

"Não há em Moçambique nenhuma força política que se oponha às negociações. Quando a Renamo pretende fazer uma destrinça entre o Presidente Chissano e elementos a que chama 'duros' está a fazer propaganda", prosseguiu o ministro, que procurou desdramatizar toda a situação inerente às sublevações de soldados que ao longo da última semana se verificaram em diversos quartéis do Sul de Moçambique: "Não há qualquer levantamento político, mas sim casos muito bem localizados, devido a soldos em atraso".

Segundo ele, há na Frelimo correntes e tendências, mas isso é democrático e "a Renamo não o entende" precisamente porque ainda não teria encetado a fase de uma força política democrática.

Noutra parte da entrevista dada ao PÚBLICO, Armando Emílio Guebuza confirmou-nos que o Presidente Chissano chega amanhã a Roma via Paris e que o programa da cimeira com Afonso Dhlakama está a ser preparado com a mediação (Itália, Comunidade de Santo Egídio, Arcebispo da Beira) e o Zimbabué, cujo Presidente hoje mesmo é esperado na capital italiana.

O ministro disse que foi sob o "chapéu da mediação" até agora verificada que Robert Mugabe desejou colocar esta sua intervenção no processo. Mas outras fontes alegam que a intervenção do Zimbabué reflecte a preocupação britânica de influir na evolução dos acontecimentos em Moçambique, depois de uma certa impaciência quanto ao alegado pouco empenho da Itália.

"Ao voltar no dia 9 a Moçambique o Presidente Joaquim Chissano deve poder dizer que o encontro de Roma trouxe a paz, pois Dhlakama afirmou que um encontro entre eles é que viria a resolver todos os problemas. Chissano desejou uma agenda preparada. E deve de facto haver preparação para que se alcance a paz", prosseguiu Guebuza, segundo o qual o líder da Renamo deseja a cimeira "para se projectar" e nada garante, por enquanto, que não queira continuar a guerra.

Quanto a haver ou não novos encontros das delegações depois desta cimeira de Roma e a efectuar-se posteriormente um encontro de alto nível em território africano, não desejou fazer qualquer prognóstico, insistindo em que é necessário antes de mais nada aguardar pelos encontros dos próximos dias, em Villa Madama, só depois se sabendo o que irá acontecer.

Em suma, tal como o têm vindo a fazer outras fontes ligadas ao processo, não desejou ser optimista nem pessimista quanto ao que se irá passar em Roma de 4 a 8 deste mês, antes deixando todas as hipóteses em aberto. Uma grande incógnita paira sobre a Cidade Eterna. ■

Chissano sobre cimeira de Roma

Falhanço será uma "catástrofe"

PÚBLICO 3 AGOSTO 1992

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, admitiu ontem que se a cimeira com o líder da Renamo, Afonso Dlakhama, marcada para amanhã em Roma, não resultar na assinatura de um cessar-fogo será uma catástrofe. Numa conferência de imprensa realizada pouco antes de partir para Paris, de onde seguirá amanhã para a capital italiana, Chissano disse que a cimeira com Dlakhama estava a ser preparado há quase um ano, mas que só agora existem as condições que o levam a acreditar na boa fé do líder da Renamo.

Chissano advertiu que o acordo de cessar-fogo poderá não ser assinado durante o seu encontro com Dlakhama devido a razões de ordem técnica, mas que se assim suceder será subscrito nos dias seguintes. E sublinhou que mal o acordo esteja assinado, o líder da Renamo pode entrar no país e iniciar a sua actividade política.

O Presidente moçambicano recordou que a criação de um exército único nacional, a reintegração da população deslocada e a preparação da lei eleitoral para a realização de eleições livres dentro de um ano serão as acções a pôr em prática após a assinatura do cessar-fogo.

Na cimeira de Roma, Chissano dará a Dlakhama garantias de que os elementos da Renamo não serão perseguidos, presos ou mortos e de que poderão exercer a sua actividade política em Moçambique (ver pág. 9). ■

Teresa Lima, em Maputo

Pretória aceita observadores

O GOVERNO sul-africano aceitou, hoje, que [illegible] a "presença [illegible]" de [illegible] quatro [illegible] do Departamento de Assuntos Políticos Especiais da ONU durante a greve geral marcada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e pelos seus aliados para as próximas segunda e terça-feira, à qual se seguirá uma semana de "acções de massas" que se prolongará até 9 de Agosto. Esta atitude do Governo de Pretória foi interpretada como uma relativa mudança de posição dos responsáveis sul-africanos relativamente às chamadas "ingerências estrangeiras" nos assuntos internos do país. A imprensa local tem vindo a especular nos últimos dias sobre a possibilidade do recomeço das negociações constitucionais entre a maioria branca e a maioria negra depois de terminada a greve. ■

Semana alucinante na África do Sul

PÚBLICO — SEGUNDA-FEIRA, 3 AGOSTO 1992

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) e os seus aliados lideram a partir de hoje uma semana de protestos para pressionar o Governo do Presidente Frederik de Klerk a aceitar um pacote de condições sem as quais o regresso à mesa de negociações no âmbito da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa) não será possível.

Dois dias de greve geral, hoje e amanhã, a ocupação dos locais de trabalho, manifestações e uma marcha, a realizar quarta-feira, sobre os principais edifícios governamentais são as principais iniciativas do ANC, da Confederação dos Sindicatos da África do Sul (Cosatu) e do Partido Comunista Sul-Africano (SACP) para forçar as autoridades a aceitarem 14 exigências relacionadas com a transferência do poder para a maioria negra e o fim da violência no país.

Para o Governo, a realização da campanha foi decidida muito antes de se ter verificado o actual impasse negocial, mostra que o movimento liderado por Nelson Mandela é manipulado pelos comunistas e traduz intenções alheias às reformas concretas que se pretendem. Há até quem, dentro do ANC ou da Cosatu, tenha conferido à campanha o carácter de um movimento insurrecional cujo último objectivo é o derrube do Governo.

Interrogado pelo PÚBLICO, durante uma conferência de Imprensa, em Joanesburgo, Mandela desfez as dúvidas: "É possível que alguns indivíduos tenham interpretado o nosso programa dessa maneira, mas não é essa a política oficial da aliança tripartida", disse. "O propósito das acções é a transferência imediata do poder sul-africano, quer dizer, a implementação de um Governo interino de unidade nacional, eleições livres e justas para uma assembleia constituinte que conceba uma nova Constituição", sublinhou.

O dirigente acrescentou que a greve geral será disciplinada e pacífica e pediu aos manifestantes para não permitirem actos que redundem em violência. "Soubemos que alguns elementos pretendem transformar as manifestações em acções violentas e estamos a providenciar contra isso", garantiu, afirmando que o grande problema é a polícia que pensa libertar "assassinos" com a missão de desestabilizarem o curso pacífico das coisas.

Analistas concordam no entanto que a aliança quer mostrar na rua o seu ascendente popular, incluindo o domínio da actividade económica sul-africana, com uma espécie de referendo negro, de um meio descompressor da animosidade dos militantes do ANC, que ameaçavam acções isoladas após o massacre de Boipatong, e de um teste à capacidade mobilizadora do ANC após o Congresso Pan-Africano e a Organização do Povo da Azania se terem demarcado da iniciativa alegando que ela pretende relançar o processo negocial.

Enfim, a campanha que hoje começa na África do Sul, onde sete observadores da ONU, incluindo um português, acompanharão os dois dias de greve geral, não está isenta de altos riscos: Chris Hani, secretário-geral do SACP e dirigente do ANC, reconheceu que há elementos que escapam ao controlo e o partido zulu Inkhata já fez saber que interpreta a greve como uma "declaração de guerra". ■

Fernando Sousa com Steven Lang, em Joanesburgo

Situação crítica na África do Sul

Mandela confirma greve geral

PÚBLICO — QUARTA-FEIRA, 29 JULHO 1992

Jorge Heitor

A República da África do Sul termina neste mês de Julho como um país à beira do desastre, pois mantém-se marcada uma greve geral para 3 e 4 de Agosto e o ANC continua a insistir na necessidade de afastar de cena o Presidente Frederik de Klerk.

O líder do ANC, Nelson Mandela, *confirmou* ontem a greve geral marcada para os dias 3 e 4 de Agosto, como forma de acabar rapidamente com o monopólio do poder pelos brancos e de levar à formação de um Governo Interino de Unidade Nacional.

Ao regressar de uma viagem à América do Norte, à Europa e ao Médio Oriente, o mais destacado dos políticos negros sul-africanos pediu aos seus partidários que evitem a violência aquando da greve geral e de outras *manifestações* de massas previstas para a próxima semana. Mas logo *admitiu*, em conferência de imprensa, que actos de violência serão *inevitáveis*, pois que no seu entender a polícia poderá lançar no terreno *alguns* provocadores e, por outras formas, permitir que se crie o caos.

Mandela disse que não se trata propriamente de uma insurreição geral, mas sim de acabar o mais depressa possível com o Poder da minoria branca, que desde há longas décadas tem o exclusivo de administrar a África do Sul. E continuou sem responder positivamente às tentativas do Presidente De Klerk no sentido de restar sem delongas a Convenção para uma África do Sul *Democrática* (Codesa), que o ANC boicota desde o mês passado.

Tentativa das igrejas

Entretanto, diversos dirigentes religiosos reuniram-se em Pretória com De Klerk, no sentido de uma vez mais se tentar conciliar as posições do Governo com as do ANC e evitar o desastre que ameaça o mais desenvolvido dos países africanos.

O Partido Nacional, no Poder desde 1948, alega que não pode haver *precipitação* no período transitório, sob pena de no futuro se verificarem males bem maiores (um pouco à imagem do que aconteceu em Angola e em Moçambique, de onde a maior parte dos brancos teve de partir). E o ANC responde-lhe que a África do Sul tem de ser por igual de todos os seus cidadãos, sem quaisquer regalias especiais para a minoridade de origem europeia.

É nessa diferente concepção do "timing" da transição e das garantias que se devem ou não dar a este ou aquele sector populacional que reside todo o conflito entre o partido governamental e a força que se diz maioritária na sociedade sul-africana.

Um antigo combatente da luta contra o apartheid, o arcebispo Desmond Tutu, pediu em público um rápido regresso às conversações e avisou que as "acções de massas" preconizadas pelo ANC poderão alimentar a violência, que nos últimos oito anos já levou à morte de 12.000 pessoas.

Mandela, que por si parece ser uma pessoa moderada mas que tem de ter em conta o crescente radicalismo das suas bases, reúne-se hoje com o norte-americano Cyrus Vance, que há uma semana se encontra no país como representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, encarregado de ajudar a encontrar uma saída para a crise.

É possível que à missão de Vance se siga uma iniciativa conjunta da Comunidade Europeia, da Commonwealth e da Organização de Unidade Africana. ■

Milhões fazem greve contra regime racista

Das agências internacionais

Milhões de trabalhadores negros sul-africanos iniciaram ontem uma greve geral com o objectivo de forçar o fim de 300 anos de supremacia branca. A polícia disse que pelo menos oito pessoas foram mortas no primeiro dia da greve, que termina hoje. Subiu para 39 o número de pessoas mortas em atos de violência política desde sábado no país.

"A vasta maioria de sul-africanos pronunciou hoje um claro 'não' às tentativas do (presidente Frederik) De Klerk de retardar o nascimento de uma África do Sul democrática", disse Cyril Ramaphosa, secretário-geral do CNA (Congresso Nacional Africano, maior grupo negro do país).

Segundo o CNA e seus aliados —o Partido Comunista e sindicatos—, 4 milhões de trabalhadores aderiram à greve (cerca de 90% da força de trabalho).

A Câmara de Comércio Sul-Africana disse que não mais do que dois milhões de trabalhadores aderiram à greve e reclamou de intimidação generalizada contra os que pretendiam trabalhar.

Várias barricadas de fogo foram erguidas nas saídas dos principais guetos negros do país. As estradas que ligam Soweto (o maior gueto negro do país) a Johannesburgo ficaram praticamente desertas. O movimento no centro da cidade era pequeno, equivalente ao de um domingo.

Apesar de aparentemente efetiva nas cidades, a greve não atingiu o setor de mineração, maior fonte de riqueza do país. As mineradoras disseram que a extração de ouro e platina estava praticamente normal e apenas a de carvão foi afetada.

A polícia afirmou que três pessoas foram mortas por policiais depois de terem atirado contra uma patrulha em Soweto. Um homem morreu queimado num gueto próximo ao porto de Durban (leste). A polícia disse que barricadas de pneus em chamas bloquearam a saída de pelo menos quatro guetos na região.

PÚBLICO — DOMINGO, 2 AGOSTO 1992

MESTIÇA ELEITA MISS ÁFRICA DO SUL — As doze finalistas do concurso Miss África do Sul esperavam ansiosas um veredicto do júri. Duas negras, uma mestiça e nove brancas esculturais, umas loiras de origem holandesa e outras morenas de origem inglesa ou portuguesa. Ontem à noite, na véspera de uma greve geral convocada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e pelos seus aliados, o júri enfrentava uma escolha difícil. Finalmente foi anunciado o nome da vencedora e os sorrisos gelaram na cara das concorrentes brancas: o manequim Amy Kleinhans tornou-se a primeira mestiça a vencer o concurso Miss África do Sul. Uma das suas damas de honor, Augustine Masilela é uma negra *originária* do Soweto. Com um 1 metro e 73 *centímetros*, Amy tem como "hobbies" "as viagens, a leitura e as acções de caridade". Ao saber que vencera o concurso agradeceu ao pai e à mãe e desapareceu no meio de um grupo de dançarinos negros que, sorridentes, lhe iam dizendo: "Obrigado, obrigado pelo que fez."